

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

**O Papel da Rota da Seda Digital na Política Externa
Chinesa: O Caso da Huawei**

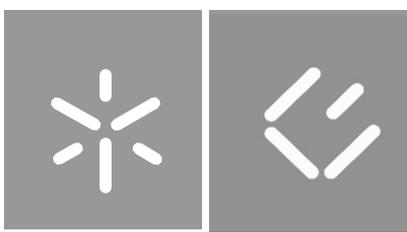
Ana Celeste T. Silva

**O Papel da Rota da Seda Digital na
Política Externa Chinesa: O Caso da
Huawei**

Ana Celeste T. Silva

UMinho | 2023

maio de 2023



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Ana Celeste T. Silva

**O Papel da Rota da Seda Digital na Política
Externa Chinesa: O Caso da Huawei**

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais

Trabalho efetuado sob a orientação do(a)
Professor Doutor Paulo Afonso B. Duarte
Professora Doutora Laura C. Ferreira-Pereira

Direitos de autor e condições de utilização do trabalho por terceiros

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição

CC BY

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Agradecimentos

Ao Professor Paulo e à Professor Laura, por me guiarem a cada passo dado.

Ao pai, pelo suporte emocional e financeiro para a realização daquele que é (para já) o meu último projeto acadêmico.

À mãe, pelas palavras em momentos de stress e angústia, que contribuíram para que me mantivesse firme.

Ao namorado Magalhães, pela ajuda, motivação e, acima de tudo, companheirismo.

À Diana, que com o seu percurso me inspirou a seguir o mestrado.

Ao irmão Rúben, por me apoiar constantemente neste projeto.

Aos amigos, em especial à Maria, à Inês, à Marta e à Márcia, pelas conversas, dicas e momentos de distração.

Aos colegas de mestrado, que viraram companheiros.

A todos os que me acompanharam e incentivaram,

Muito obrigada.

Declaração de integridade

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Resumo

Numa era digital cada vez mais dinâmica e interativa, Pequim tem pugnado por uma autonomia tecnológica, ao mesmo tempo que se esforça por exercer uma influência crescente sobre os mercados mundiais digitais. Neste sentido, em 2015, o presidente Xi Jinping anunciou a Rota da Seda Digital (como componente mais recente da Faixa e Rota Chinesa), uma iniciativa que visa promover a influência digital, económica e política da China no estrangeiro. Para o efeito, a Huawei tem-se revelado um instrumento primordial com vista à concretização do objetivo acima mencionado. Contudo, o governo chinês tem sido alvo de acusações, por parte dos países ocidentais, que o criticam por instrumentalizar a Huawei, no âmbito da Rota da Seda Digital (RSD), no exercício de espionagem e concomitante tentativa de exportação de um sistema digital autoritário semelhante ao implementado na China. Neste sentido, a *digitalpolitik* afigura-se a lente-concetual mais adequada, por possuir um enfoque predominantemente digital, tal como a nossa investigação, afastando-se da visão de uma internet global baseada em valores, e ao adotar um enfoque mais pragmático na materialização dos principais interesses de um país. Dito isto, esta dissertação procura responder à seguinte pergunta de investigação: *Que contornos têm caracterizado a ligação entre a Huawei e a RSD desde o seu lançamento no quadro da política externa chinesa?* Optou-se por delimitar temporalmente a investigação no período compreendido entre março de 2015 e agosto de 2022, na medida em que estes correspondem, respetivamente, ao lançamento da RSD e aos ataques cibernéticos realizados pela República Popular da China a Taiwan, no seguimento da visita de Nancy Pelosi à Taipé. No que à estrutura concerne, começamos por contextualizar o surgimento da Faixa e Rota Chinesa (FRC), analisando posteriormente os contornos da relação entre a Huawei e o Partido Comunista Chinês. Por fim, avaliamos as características desta empresa enquanto ator internacional suscetível de auxiliar a China a alcançar uma crescente influência digital. Esta dissertação conclui, a expansão da Huawei deve ser vista como parte da estratégia de Pequim em aumentar a capacidade de vigilância sobre os cidadãos chineses, bem como em gerar uma ordem digital (mais) sinocêntrica.

Palavras-Chave: China; Faixa e Rota Chinesa; Huawei; Rota da Seda Digital; Partido Comunista Chinês

Abstract

In an increasingly dynamic and interactive digital age, Beijing has been striving for technological autonomy, while also attempts to exert increasing influence over global digital markets. In this regard, in 2015, President Xi Jinping announced the Digital Silk Road (as the latest component of the Chinese Belt and Road), an initiative aimed at promoting China's digital, economic and political influence abroad. To this end, Huawei has proven to be a primary tool towards achieving the aforementioned goal. However, the Chinese government has been the target of accusations by Western countries, which criticise it for using Huawei, within the scope of the Digital Silk Road (DSR), to spy and concomitantly attempt to export an authoritarian digital system similar to the one implemented in China. In this sense, *digitalpolitik* seems to be the most appropriate conceptual lens, as it has a predominantly digital focus, just like our research, moving away from the view of a value-based global internet and adopting a more pragmatic focus on the materialisation of a country's main interests. That said, this dissertation seeks to answer the following research question: *Which contours have characterised the connection between Huawei and the DSR since its launch within the framework of chinese foreign policy?* We have chosen to temporally limit the research to the period between March 2015 and August 2022, as it corresponds, respectively, to the launch of the DSR and the cyberattacks carried out by the People's Republic of China on Taiwan, following Nancy Pelosi's visit to Taipei. As regards the structure, we begin by contextualising the emergence of the Belt and Road Initiative (BRI). Later, we analyse the contours of the relationship between Huawei and the Chinese Communist Party. Finally, we assess the characteristics of this company as an international actor capable of helping China to achieve a growing digital influence. In conclusion, Huawei's expansion should be seen as part of Beijing's strategy to increase its surveillance capacity over Chinese citizens, as well as to generate a (more) sinocentric digital order.

Keywords: Belt and Road Initiative; China; Digital Silk and Road; Huawei; Chinese Communist Party

Índice

Lista de Abreviaturas	x
Introdução	1
I. Descrição e delimitação temática	1
II. Identificação e relevância da problemática	2
III. Revisão de literatura	3
IV. Metodologia e quadro teórico	6
V. Estrutura da dissertação	8
1. A Nova Política Externa sob Xi Jinping	10
1.1. A política externa pré-Xi Jinping	11
1.1.1 Xi Jinping e a mudança de paradigma	14
1.2. A Faixa e Rota Chinesa	18
1.2.1 Os corredores terrestres	19
1.2.2 Os corredores marítimos	21
1.2.3 Os corredores digitais	23
2. A Huawei como ator doméstico	25
2.1. Um instrumento ao serviço do PCC	26
2.2 O sistema de crédito social	29
2.3 O projeto safe cities e smart cities	33
3. A Huawei como ator externo	37
3.1 A Huawei: o duplo uso civil e militar	37
3.2. Os países-alvo	39
3.3. A Huawei no centro de conflitos diplomáticos	44
Conclusão	49
Bibliografia	53

Lista de Abreviaturas

ASEAN - Associação de Nações do Sudeste Asiático

BAII - Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas

CIA - Central Intelligence Agency

EUA - Estados Unidos da América

FMI - Fundo Monetário Internacional

FRC - Faixa e Rota Chinesa

NSA - National Security Agency

OMC - Organização Mundial do Comércio

PCC - Partido Comunista Chinês

RSD - Rota da Seda Digital

RSM - Rota da Seda Marítima

SCS - Sistema de Crédito Social

TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação

UE - União Europeia

Introdução

I. Descrição e delimitação temática

Com a era digital surgiu uma realidade cada vez mais dinâmica e interativa. Apoiada na evolução tecnológica e na sua integração no quotidiano das sociedades, abriram-se portas para novas possibilidades e perspectivas em matérias de comunicação, comércio e negócios. Em resultado desse processo, a tecnologia passou a ser encarada como um instrumento útil para os agentes económicos se modernizarem. No reverso da medalha, porém, também se deu o aparecimento de novos cenários de ameaça à segurança. Pense-se, a título ilustrativo, nos ataques cibernéticos, que podem pôr em causa a privacidade de pessoas físicas e jurídicas.

Neste contexto, a República Popular da China¹, que é tida por muitos como sendo um estado autoritário, encara a tecnologia, e, por conseguinte, a Rota da Seda Digital (RSD) como um instrumento de *soft power* suscetível de projetar os seus ideais e políticas no estrangeiro (Creemers 2021). Neste sentido, o Presidente da China, Xi Jinping, anunciou, em 2013, a *One Belt one Road*, posteriormente atualizada para *Belt and Road Initiative*, conhecida em português de Portugal como a Faixa e Rota Chinesa (FRC). Só no ano de 2015, porém, é que o governo chinês introduziu a RSD, enquanto complemento aos corredores marítimo e terrestre. Neste sentido, por meio da construção de uma comunidade no ciberespaço, Xi Jinping concedeu, assim, especial enfoque à componente digital, com vista a oferecer a sabedoria da China para o desenvolvimento global e a governança da internet (Chinese People's Institute of Foreign Affairs n.d). À medida que as empresas tecnológicas chinesas têm melhorado a sua capacidade de expansão global, a RSD tem vindo a adquirir uma crescente importância para a BRI (Euronews 2021). Uma das principais empresas envolvidas na RSD, a Huawei, converteu-se na maior fabricante de equipamentos de telecomunicações a nível mundial. De acordo com Kaska et. al² (2019), a Huawei é das poucas empresas capazes de produzir todos os elementos necessários de uma rede 5G. Efetivamente, a ascensão da Huawei demonstra o poderio tecnológico da China. Contudo, a empresa tem sido repetidamente acusada de levar a cabo atividades de espionagem (FBI 2019). Esta situação mina a credibilidade internacional da Huawei, urgindo, por consequência, preocupações de segurança em torno do uso da tecnologia chinesa. Aliás, responsáveis políticos de países ocidentais, entre os

¹ Ao longo da presente dissertação simplificaremos República Popular da China para China.

² Membros da *NATO Cooperative Cyber Defence*

quais se destacam os Estados Unidos da América (EUA), já demonstraram inquietação face à possibilidade de a Huawei ser utilizada pelo governo chinês para espiar os respetivos utilizadores (FBI 2015).

Face ao exposto, a presente dissertação focar-se-á no papel da RSD na política externa chinesa, tendo como estudo de caso a Huawei. Dito isto, a pergunta de investigação que guiará esta dissertação é a seguinte: Que contornos têm caracterizado a ligação entre a Huawei e a RSD desde o seu lançamento no quadro da política externa chinesa?

Por sua vez, a delimitação temporal compreende o período que vai desde março de 2015 e agosto de 2022. Com efeito, dois anos após a apresentação da FRC, a RSD foi colocada na agenda chinesa. O discurso proferido pelo presidente chinês, Xi Jinping, na segunda Conferência Mundial da Internet denotou a vontade do presidente chinês em alcançar mudanças no sistema global de governação da Internet (Malena 2021). A escolha de 2022 para término da análise deve-se aos ataques cibernéticos realizados pela China a Taiwan (Reuters 2022a). Estes ataques, que surgiram como forma de protesto à visita de Nancy Pelosi³ a Taiwan (Reuters 2022b), ilustram uma situação em que a tecnologia tem a capacidade de ser instrumentalizada para a prossecução de fins políticos. Ora, tal aspeto reforça a pertinência de se estudar a influência da RSD no espaço digital, escolhendo para o efeito especificar com a questão da Huawei.

II. Identificação e relevância da problemática

Apesar da RSD ter vindo atrair atenção por parte dos académicos internacionais nos últimos anos, existe, contudo, pouca pesquisa sobre o corredor digital da FRC em comparação com os restantes corredores terrestres e marítimos (Cheng 2022). Pelo facto de a RSD ser o corredor mais recente lançado no âmbito da FRC, trata-se, por conseguinte, de algo que está em desenvolvimento tecnológico e, ao mesmo tempo, a ser acompanhado pelos estudiosos (Kassenova e Duprey 2021). A Huawei, acusada de espionagem desde o início dos anos 2000, tem sido alvo de um protagonismo mais recente no cenário internacional no que concerne ao desenvolvimento das redes 5G.

Neste sentido, a dissertação tem por objetivo analisar se a Huawei tem sido usada (ou não) enquanto instrumento da política externa chinesa no âmbito da RSD, para melhor projetar a influência da China no estrangeiro. A título ilustrativo, com vista a aumentar a sua esfera de ação

³ Presidente da Câmara dos Representantes dos EUA e terceira figura mais importante a nível oficial do país.

no setor privado, o Partido Comunista Chinês (PCC) tem procurado exercer maior influência nas empresas privadas que considera mais desenvolvidas e, por conseguinte, mais capazes de alcançar objetivos estratégicos da China no estrangeiro (Livingston 2020). Em concreto, o governo chinês almeja expandir a sua visão política no plano doméstico e internacional. Ao fazê-lo, procura simultaneamente construir uma ordem digital menos centrada nos EUA e mais focada na China (Ghiassy & Krishnamurthy 2021). Daqui resulta, a pertinência do estudo da interligação entre a RSD e a Huawei com vista à construção da supramencionada ordem digital de características chinesas. Por outro lado, a análise visa, ao mesmo tempo, destacar os contornos da RSD enquanto perspectiva complementar aos dois corredores terrestre e marítimo da FRC na projeção do poder da China ao nível internacional, embora desta vez na esfera digital.

Com efeito, a presente dissertação procurará contribuir para o aumento do conhecimento e a consequente expansão da literatura relativamente à temática apresentada.

III. Revisão de literatura

O uso da internet no quotidiano e o consequente aumento dos benefícios proporcionados pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs) levaram a que os governos olhassem para a indústria digital de outra forma, procurando desenvolver pesquisa e inovação nesta área (Paulo 2018). Porém, apesar dos benefícios subjacentes à internet – que fornece novas formas de comunicação, negócios e prestação de serviços – esta também gera novos riscos de que são exemplos crimes cibernéticos (*ibidem*).

De acordo com Hillman (2021a), há cerca de três décadas a China dependia de tecnologia e comunicação fornecidas por empresas externas. Contudo, ainda de acordo com o autor, à medida que o século se foi desenrolando, tem sido cada vez mais a China a dotar o mundo de comunicações e tecnologia de características chinesas (*ibidem*). Xi Jinping pretende que o seu país domine o fabrico de tecnologia até 2025, defina tendências e padrões tecnológicos até 2035 e se torne uma superpotência global até 2050 (*ibidem*). Através da análise dos setores prioritários⁴ presentes na estratégia *Made in China 2025*, é possível verificar que a China procura transformar a sua economia e dotar-se de indústrias mais desenvolvidas e de maior valor acrescentado (Hopewell 2018).

⁴ Estes setores prioritários englobam tecnologia da informação, robótica, aeroespacial, veículos, equipamento ferroviário, equipamento de energia, equipamento de engenharia oceânica e navios, produtos biofarmacêuticos e equipamento médico, e maquinaria agrícola (Hopewell 2019).

Neste sentido, a RSD contribui para ajudar a China a tornar-se tecnologicamente independente e a dominar os mercados mundiais (Noort 2021). Assim, Xi Jinping procura incentivar as empresas tecnológicas chinesas a investir no plano doméstico e, em paralelo, a exportar os seus produtos para mercados distintos (*ibidem*). Segundo Sen e Bingqin (2019), os académicos chineses acreditam que a RSD pode desempenhar um papel decisivo numa economia global digitalizada. Os autores argumentam que a RSD é benéfica ao contribuir para que alguns dos países mais remotos do mundo passem a estar ligados em rede (*ibidem*). Prova disso é o facto de um número crescente de países em desenvolvimento em África, no Sudeste Asiático e no Médio Oriente manifestarem interesse em integrar as iniciativas digitais chinesas. Deste modo, a amplitude da RSD abrange dezenas de países bastante heterogéneos, que acusam várias assimetrias em níveis de desenvolvimento económico, etnia e religião, entre muitos outros parâmetros (Creemers 2021). Face à amplitude espacial da RSD, no entendimento de Cheng (2022), existe ceticismo no Ocidente face ao carácter altruísta subjacente à mesma. A este respeito, Cheng (2022) aponta as consequências ao nível da segurança geradas pelos gigantes da tecnologia chinesa, chegando mesmo a acusar a China de exportar a sua visão política através do campo digital.

Importa notar que a RSD envolve vários atores quer privados quer públicos, como atesta o caso da Huawei (Hillman 2021a). Contudo, a empresa tem sido continuamente acusada de espionagem e de ter relações próximas com o governo chinês. A título ilustrativo, um dos principais argumentos refere que o fundador da Huawei, Ren Zhengfei, ocupou um cargo de alto nível no Exército de Libertação do Povo antes de inaugurar a Huawei (Balding 2019). Face ao exposto, a Austrália, a Nova Zelândia, Taiwan e o Japão proibiram a Huawei de participar no desenvolvimento das suas redes 5G (Geraldes 2020). Ademais, segundo Inkster (2019), em 2018 a British Telecom também anunciou que não utilizaria mais equipamentos da Huawei nas suas redes 3G, 4G e 5G. Por sua vez, o Comissário Europeu para o mercado único digital, Andrus Ansip, afirmou que a União Europeia (UE) deve preocupar-se com a ameaça que a Huawei constitui para a segurança do bloco (*ibidem*).

Esta tomada de posição por parte de diferentes atores do sistema internacional corrobora a ideia de que os EUA têm intensificado a sua campanha junto dos aliados contra as tecnologias chinesas (Geraldes 2020). Com efeito, desde 2010 que Washington tem demonstrado uma certa inquietação perante a crescente sofisticação da tecnologia chinesa (Friis e Lysne 2021). Porém, foi em 2016, com a então administração Trump, que se verificou uma abordagem mais assertiva

face à China (*ibidem*). Por conseguinte, a Huawei passou a ser um alvo particularmente vigiado por parte dos EUA em matéria de segurança, geopolítica e geoestratégica. De acordo com Bhaya (2020), a atual competição tecnológica entre os EUA e a China remonta a 1957, pese embora desta vez o Sputnik⁵ tenha o nome de Huawei.

Segundo Flemming (2020), a China aspira a alcançar a hegemonia digital através da exportação do modelo de “estado vigilante” (p.2, tradução da autora). Um dos meios para o concretizar é através da exportação de alta tecnologia de vigilância, incluindo o reconhecimento facial, a países em desenvolvimento e, geralmente, de regime autocrático (*ibidem*). Portanto, a exportação deste tipo de *software* permite que os regimes controlem com mais eficiência as suas populações, contribuindo para a consolidação de uma governação autoritária (Flemming 2020). Além disso, a venda deste tipo de tecnologia também ajuda a tornar estas autocracias tecnologicamente dependentes da China para a sua sobrevivência política (*ibidem*). O reforço da influência digital de Pequim no mundo em desenvolvimento contribui, por conseguinte, para o declínio dos valores democráticos. Assim, empresas, como a Huawei, são encarregadas pelo governo chinês de impulsionar o comércio digital através da RSD, fortalecendo a influência tecnológica da China, ao mesmo tempo que auxiliam na exportação de ideais políticos do regime chinês (Liu 2021).

Concluindo, a Huawei tem adquirido uma porção significativa das patentes chaves para o desenvolvimento da tecnologia 5G, o que se traduz num papel central na definição das normas globais para o desenvolvimento desta infraestrutura (Kaska et al. 2019). Esta liderança, por conseguinte, reforça o poderio económico e o poder geopolítico da China (Geraldes 2020). Neste sentido, os EUA têm procurado negar mercados à tecnologia chinesa, advertindo os governos e as populações para o facto de as comunicações que utilizam equipamentos chineses poderem expor os consumidores a ciberataques, atividades de vigilância, entre outros fins. É certo que as democracias ocidentais, de que são exemplo os EUA e os países da UE, também já utilizaram empresas e mecanismos de vigilância (Malena 2021). A título ilustrativo, um ex-funcionário da *Central Intelligence Agency* (CIA) e da *National Security Agency* (NSA), Edward Snowden, denunciou atividades de vigilância realizadas pelos EUA (Bányász 2014). A informação divulgada por Snowden sublinhava o rastreamento de dispositivos móveis em todo o mundo, a monitorização

⁵ Sputnik remota ao período da Guerra Fria entre os EUA e a União Soviética, que ficou marcada, entre outros aspetos, pela corrida espacial com o lançamento do Sputnik em 1957 (o primeiro satélite artificial produzido pelo programa soviético).

de mensagens de correio eletrónico, de meios de comunicação social públicos, o acesso a telefones oficiais e privados de líderes nacionais, escutas em cimeiras políticas (como o G20) e escutas telefónicas de organizações internacionais (como a Organização das Nações Unidas e a UE), entre outras (*ibidem*). Apesar de as práticas se repetirem com a China, esta tem merecido mais destaque do que propriamente o Ocidente quando levou a cabo semelhantes ações. Assim, devido à ligação próxima da Huawei ao governo chinês e ao seu respetivo envolvimento em escândalos de espionagem, a crescente influência internacional da empresa, por meio da RSD, tem gerado controvérsia e preocupação no sistema internacional. Por esta razão, a Huawei é agora percebida como uma ameaça à segurança mundial, principalmente no que diz respeito às redes 5G, levando assim os países a limitar/banir a sua presença.

IV. Quadro teórico e metodologia

Esta dissertação segue uma abordagem qualitativa, na medida em que não procura quantificar eventos estudados ou empregar instrumentos estatísticos de análise de dados (Godoy 1995). Ao invés, buscamos interpretar o que os autores mais conceituados já produziram face ao tema em questão, com vista a responder à pergunta de investigação (Gil 2007). Neste sentido, a presente análise baseia-se numa abordagem interpretativista, na medida em que a realidade social está sujeita a uma interpretação desta, ao invés de uma descrição ou quantificação dos fenómenos. Por sua vez, ao nível da estrutura, a pesquisa desenrola-se em várias fases que vão desde a formulação da problemática até à apresentação e discussão dos resultados.

Em razão dos objetivos enunciados, o estudo de caso torna-se essencial nesta investigação, pois permite estudar fenómenos sociais complexos e explorar um comportamento que não está bem definido (Baxter & Jack 2010) – neste caso, a projeção da Huawei no quadro da RSD como instrumento para o governo chinês alcançar os objetivos anteriormente mencionados. Ora, o método de estudo de caso envolve uma investigação detalhada e holística sobre um determinado acontecimento, situação, organização ou unidade social. Ademais, de acordo com Yin (*apud* Schoch 2020), o estudo de caso torna-se especialmente relevante quando o contexto é significativo para o fenómeno. Neste sentido, a investigação da Huawei como instrumento do governo chinês aparece como o fenómeno e a vontade da China procura ganhar uma maior influência digital global como o contexto. Não obstante, como as fronteiras entre os

fenómenos e o contexto nem sempre são claras, o estudo de caso baseia-se em múltiplas fontes de dados para obter respostas (*ibidem*).

Com o intuito de dar resposta à pergunta de investigação, este estudo recorre enquanto ferramenta metodológica à análise do documental. Para o efeito, recorrer-se-á à análise de documentos oficiais chineses e estrangeiros que envolvem, direta ou indiretamente, a Huawei. Ainda como fontes primárias, salientemos o uso de notícias, dados (como estatísticas) e relatórios divulgados por organizações e/ou institutos internacionais credíveis, como é o caso da CIA, do Banco Mundial, entre outros. Do mesmo modo, afigura-se vital o uso de fontes secundárias como livros, capítulos de livros e artigos científicos.

No que concerne à lente concetual, considera-se que a *digitalpolitik* se afigura a mais adequada. Enquanto ramificação do realismo, a *digitalpolitik*, que consiste na aplicação da *realpolitik* ao domínio digital, implica afastar-se da visão de uma internet global harmonizada e baseada em valores e na conseqüente adoção de um enfoque mais pragmático na proteção e no avanço dos principais interesses de um país (Information Technology & Innovation Foundation 2021). Assim, a *realpolitik*, praticada nos últimos cinco séculos, procura promover os interesses políticos de um país através da coerção amoral (Bollier 2003). Contrariamente, a *netpolitik*, proveniente do liberalismo, consiste na exploração do potencial da internet em moldar a política, a cultura, os valores e as identidades (*ibidem*). Isto é, enquanto que a *netpolitik* se debruça sobre questões de *soft power*, valores sociais, legitimidade moral, identidade cultural e perceção pública, por sua vez, a *digitalpolitik* consiste numa versão da *realpolitik* adaptada à esfera digital (*ibidem*).

Com efeito, esta dissertação parte do princípio de que a *netpolitik* está obsoleta, pois a internet funciona cada vez mais como um meio para alcançar determinados ganhos, inclusive militares sem necessidade de derramamento de sangue. Em síntese, paralelamente à existência da *netpolitik*, existe uma outra vertente, a *digitalpolitik*, que em vez de preconizar a cooperação, a paz e o desenvolvimento da economia (ao invés da *netpolitik*), recorre a ações de vigilância, violação de dados e ciberataques patrocinados pelos estados que procuram a maximização do seu poder não olhando a meios para atingir fins (McDonald & Mina 2018).

A título ilustrativo, em 2018, um funcionário da *Google* revelou que esta procurava desenvolver um motor de busca, intitulado de *Dragonfly*, que permitiria ao governo chinês continuar a censurar conteúdos e, também, ligar as pesquisas efetuadas pelos cidadãos na internet aos contatos pessoais destes (Forbes 2019). Ora, apesar de o projeto *Dragonfly* ter sido cancelado, a sua existência efémera foi um reconhecimento implícito de que a China, onde a

Google não opera, é mais valiosa como mercado do que embargo ideológico. Assim, a *Dragonfly* procurou demarcar-se face à tentativa falhada de a *Google* operar na China, reflexo do poder e influência crescente da China, mas também da sua demografia enquanto país mais populoso do mundo (McDonald & Mina 2018). Ainda assim, apesar de condenado à nascença, o projeto *Dragonfly* não deixa de ser um prenúncio de uma nova era na Internet em que os estados procuram influenciar ativamente a governação e as normas globais da Internet através de uma panóplia de táticas (*ibidem*). Perante o vazio legal da Internet, sujeitos singulares e coletivos, incluindo os estados, recorrem a abordagens criativas para obter determinadas vantagens digitais (*ibidem*). No caso da China, o país tem vindo a promover um vasto ecossistema de ferramentas e aplicações de origem doméstica, como o *Baidu* (pesquisa), o *WeChat* (*chat* e redes sociais), e o *Taobao* (compras online) (Durrie 2022).

Em virtude destas considerações, a infraestrutura digital chinesa, que inclui conteúdos de censura, filtragem e vigilância, constitui o caso mais evidente de negação da *netpolitik*, e, ao invés de afirmação da *digitalpolitik* para melhor servir os interesses do estado, monitorizando para o efeito o comportamento dos cidadãos. Assim, a sociedade Orwelliana deixa de ser uma quimera, passando a constituir uma realidade cada vez mais omnipresente que favorece os interesses dos estados e, em específico, das elites. Desde o nascimento da internet que o governo chinês compreendeu o potencial desta na projeção de poder através do recurso ao digital (McDonald & Mina 2018). Além da aposta na sofisticação de ferramentas de censura e controlo, a China tem procurado criar um enquadramento legal que lhe permita deter indivíduos com base nas suas atividades online. Ademais, o sistema de crédito social (SCS), que pontua o comportamento dos cidadãos levando à perda ou ganho de pontos, permite ao governo chinês rastrear, filtrar, punir ou recompensar (*ibidem*).

V. Estrutura da dissertação

Com o intuito de alcançar os objetivos acima mencionados, a presente dissertação encontra-se estruturada da seguinte forma. No primeiro capítulo abordaremos os contornos da política externa chinesa de forma a melhor compreendermos o surgimento da FRC e, em concreto o seu desdobramento em três corredores fundamentais: o terrestre, o marítimo e, por fim, o digital. Feita esta contextualização, no segundo capítulo procuraremos destacar a relação da Huawei com o PCC, expondo o seu papel em projetos de vigilância como o SCS e as *safe cities* e *smart cities*. Dito isto, no terceiro capítulo estaremos, por conseguinte, em condições de avaliar as características

da Huawei enquanto ator internacional suscetível de auxiliar a China a alcançar uma crescente influência digital, demonstrando, assim, a complementaridade desta empresa com a RSD. Esta investigação concluirá que a expansão global da Huawei, no âmbito da RSD, consiste numa das estratégias da China para se tornar um líder digital global, procurando, deste modo, aumentar a sua influência tecnológica em outros países e regiões do mundo.

1. A Nova Política Externa sob Xi Jinping

*“China is a sleeping giant. Let her sleep,
for when she wakes she will move the world.”*

(Napoleão, *apud* Verly 2022, p. 2).

A China, com sua vasta história e cultura milenar, tem se destacado nos últimos anos como uma das maiores potências do mundo, despertando o interesse e a curiosidade de estudiosos e acadêmicos internacionais (Jones 2020; Hillman 2021a). De entre os fatores que contribuem para que a China seja uma potência reemergente, sublinha-se o crescimento económico, o desenvolvimento militar, a participação nas missões de paz das Nações Unidas, a guerra comercial com os EUA, a FRC, o envolvimento na África e na América Latina e o crescente investimento na ciência e na tecnologia. Não obstante, até 1978, o posicionamento da China foi de contenção e discrição, mantendo-se deliberadamente afastada do exercício de liderança de qualquer coligação no plano internacional (Verly 2022). É certo que a liderança de Deng Xiaoping contribuiu para abrir a China ao mundo paulatinamente, pese embora foi sob a liderança de Xi Jinping que a política externa chinesa assumiu uma assertividade sem precedentes.

Deste modo, com Xi Jinping na presidência, a China tornou-se mais reivindicativa na área internacional, de que é exemplo a defesa mais dinâmica dos seus interesses em matéria regional, mas também à escala mundial (Baviera 2016). Após vários anos de crescimento constante, a China abraçou o caminho da modernização e da prosperidade, retirando da pobreza milhões de chineses reconhecendo, contudo, que ainda estavam (e estão) muitos outros para dela sair. Com efeito, a China tem vindo a restabelecer-se face aquilo que foi chamado o “Século de Humilhações”⁶ de que guarda má memória perante o Ocidente e o Japão (Barbosa 2019, p.32). Note-se que o conceito de ‘Sonho Chinês’ tem sido a grande bandeira de combate à corrupção por parte de Xi Jinping desde que assumiu o cargo de Secretário-geral do PCC em 2012 (Japan Institute of International Affairs 2019; Nikkei Asia 2021). De acordo com o líder chinês, “depois de uma luta de mais de 170 anos que se seguiu à guerra do ópio, [...] o grande renascimento da

⁶O Século de Humilhações refere-se ao período de subjugação que a China sofreu sob o Ocidente e o Japão. Este conceito é constantemente usado pelos políticos chineses para descrever a história da China desde meados do séc. XIX até meados do séc. XX, representando a ideia central do patriotismo chinês (Zhou 2021).

nação chinesa deixa-nos entrever por fim um sonho radioso” (Xi Jinping 2021, parágrafo 4, tradução da autora). Neste sentido, os objetivos de modernização, de extensão da influência chinesa e de busca por maior reconhecimento e estatuto a nível internacional é fruto da política externa assertiva de Xi Jinping. A China atual tem-se vindo, assim, a distanciar do *low-profile* nos assuntos externos como preconizava Deng Xiaoping (Rühlig 2018).

Dito isto, nas próximas linhas abordaremos com mais detalhe os contornos da política externa chinesa antes de Xi Jinping e após a sua tomada de posse em 2012.

1.1. A política externa pré-Xi Jinping

Desde a fundação da China, em 1949, que o país passou por uma série de fases marcadas por conceções muito diferentes de como os seus líderes acreditavam que a ordem internacional devia ser.

Mao Tsé-Tung pertenceu à primeira geração de líderes. Na era Mao Tsé-Tung, a China foi essencialmente caracterizada como uma potência revolucionária, não só ao nível das suas políticas domésticas, mas também na sua postura para com o exterior (Khan 2022). Pequim considerava a ordem internacional ilegítima, na medida em que Mao Tsé-Tung tinha uma visão do mundo hierarquizada: “o triunfo dos fortes sobre os fracos, dos imperialistas e colonialistas sobre as suas vítimas, dos ricos sobre os pobres [...] do capitalista sobre o socialista” (Bader 2016, p.2). Esta perspetiva refletia o legado da experiência chinesa durante o ‘Século de humilhações’, período em que China foi ocupada e invadida por potências externas, isolada pelos EUA no pós 1949 e excluída do multilateralismo internacional.

Neste sentido, a liderança de Mao Tsé-Tung foi caracterizada pela autoridade e pelo receio, que conduziram a China ao caos e à fragmentação durante a Revolução Cultural⁷ em 1966 (Khan 2022). Por outras palavras, inicialmente, durante grande parte da década de 1950, Mao Tsé-Tung permitiu o debate e a discussão entre os seus conselheiros, mas tendo sempre a última palavra. Ademais, os seus triunfos até 1956 sugeriam que tinha uma certa habilidade em lidar com desafios, criando o sentimento de confiança nas decisões tomadas pelo líder chinês (*ibidem*). Estes elementos unidos traduziram-se na capacidade de Mao Tsé-Tung puder tomar decisões de

⁷A Revolução Cultural foi um movimento sociopolítico liderado por Mao Tsé-Tung na China que durou de 1966 até 1976. Os integrantes deste movimento promoveram massacres contra os opositores do maoísmo ou indivíduos que fossem considerados aliados do capitalismo (Freeman Spogli Institute for International Relations 2007). Esta revolução foi a forma do líder chinês reivindicar-se e criar uma nova narrativa de legitimar, aquilo que havia sido o grande fracasso do grande salto em frente.

política externa sem receios. A título ilustrativo, note-se no caso da Guerra da Coreia, apesar das advertências dos seus especialistas, Mao Tsé-Tung ignorou e decidiu que a China nela interviria. Por conseguinte, com o espreitar da Revolução Cultural, o debate deu lugar ao receio até entre os próprios dirigentes do PCC. Isto porque, o partido não tinha restrições institucionais ao líder máximo, tendo Mao Tsé-Tung um controlo próximo sobre o Exército de Libertação Popular (Walder 2015). E, portanto, qualquer crítica aberta à liderança de Mao Tsé-Tung era interpretada como uma ameaça ao regime como um todo.

Na sequência da morte de Mao Tsé-Tung, Deng Xiaoping assumiu a liderança chinesa, em 1978, tendo reorientado a política externa do país para apoiar o crescimento económico interno (Hass 2017). Deng Xiaoping preconizava que a China precisava de concentrar energias no seu próprio desenvolvimento, não assumindo compromissos com o estrangeiro que a fizessem desviar do seu rumo (Vogel 2011). Ao manter um ambiente externo benigno, a China de Deng Xiaoping procurava, assim, evitar que outras grandes potências desafiassem a sua reemergência. Era importante que os desafios externos ficassem suspensos até gerações seguintes, pois só nessa altura é que a China, na visão de Deng Xiaoping, presumivelmente, gozaria de uma outra capacidade de influência e de lidar com mais desafios.

Com efeito, a política externa de Deng Xiaoping foi caracterizada pela “Estratégia de Desenvolvimento Pacífico” (Embassy Of The People’s Republic of China in The Republic of Cyprus 2011, tradução da autora). Os objetivos fundamentais desta estratégia consistiam em preservar a independência, soberania e integridade territorial da China e, ao mesmo tempo, criar um ambiente internacional propício à abertura económica da China (*ibidem*). Assim, apesar da normalização de uma relação sino-americana enfraquecida, Deng Xiaoping procurou estabelecer relações diplomáticas com os EUA, evitando conflitos ‘desnecessários’ e acelerando o desenvolvimento económico nacional. Neste sentido, Deng Xiaoping foi bem-sucedido face ao seu objetivo primordial, que consistia em alcançar um ambiente regional internacional pacífico e, ao mesmo tempo, lançar as bases para a quadruplicação do PIB chinês entre 1980 e 2000 (Walder 2015).

Ademais, ao contrário do seu antecessor, Deng Xiaoping procurou manter uma posição equilibrada face à Guerra Fria entre a União Soviética e os EUA. Numa mensagem ao primeiro-ministro holandês, Ruud Lubbers, o líder chinês deixou clara a necessidade de paz para a China e a rejeição de qualquer tipo de envolvimento num triângulo de relações de poder:

Sem um ambiente pacífico, o desenvolvimento económico estaria fora de questão. [...] Prosseguimos com uma política externa independente de paz, uma política que ajude a preservar a paz mundial. Não jogamos a carta de nenhum outro país; [...] não jogamos a carta soviética ou a carta dos EUA. Também não permitiremos que outros joguem a carta da China (Deng Xiaoping *apud* Keith 2018, p.108, tradução da autora).

Desta forma, quando a guerra terminou, a liderança de Deng Xiaoping teve a capacidade de resistir à implosão da União Soviética e à consequente criação de 15 novos estados. Pese embora o colapso soviético pudesse ter gerado um conflito perene, a China mostrou-se disponível, desde logo, para cooperar com a Federação Russa com vista a assegurar a estabilidade fronteiriça no seu estrangeiro próximo (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China n.d.). Tal posição salientou a pacificidade da política externa assumida por Deng Xiaoping, não tivesse a União Soviética, no passado, tentado ganhar influência nas fronteiras da China, mais precisamente nas regiões da Manchúria e de Xinjiang.

Seguiu-se Jiang Zemin, elevado à liderança por Deng Xiaoping após uma crise interna do partido provocada pelos protestos de Tian'anmen⁸, que terminou com uma repressão sangrenta e com o afastamento dos partidários de uma reforma política mais audaciosa (Bougon 2022). Esta terceira geração ficou conhecida por ver florescer objetivos políticos plantados pelo antigo líder Deng Xiaoping (Yi 2005). Isto é, Deng Xiaoping construiu os meios para que fosse possível atingir determinados fins políticos que Jiang Zemin viu, na sua administração, concretizarem-se. Assim, tendo por base o contínuo crescimento exponencial económico, o estatuto da China foi elevado internacionalmente, o que permitiu uma aproximação da China aos países da Europa, da Ásia Central, de África, da América do Sul e América Central (Bougon 2022). Ademais, as relações sino-americanas, que tinham vindo a deteriorar-se desde a administração Clinton, melhoraram após o 11 de setembro de 2001, momento em que a China se juntou prontamente ao combate do terrorismo (Tsunekawa 2007).

Por sua vez, a quarta geração foi personificada por Hu Jintao, um líder considerado como desprovido de carisma (Bougon 2022). Hu Jintao procurou manter a postura *low profile* que havia caracterizado a governação de Deng Xiaoping (Buhi 2014). Desta forma, o líder chinês procurou evitar confrontos com outras potências, pois, na sua ótica, a posição geoestratégica da China ainda

⁸ O movimento democrata Tian'anmen consistiu na exigência de reformas políticas e democráticas motivadas pela denúncia de corrupção por parte de estudantes, intelectuais e trabalhadores chineses. Este movimento espalhou-se pelas grandes cidades e culminou numa série de protestos e greves de fome. A repressão ao movimento causou um grande número de vítimas civis e inúmeras prisões (Nathan 2001).

não lhe permitia exercer uma influência suficiente no sistema internacional (Zhao 2012). Como resultado, Pequim fez adaptações pragmáticas e ajustamentos políticos para aprender a viver com a realidade de domínio dos EUA. Além disso, procurou continuar com a política de boa vizinhança para alimentar uma região pacífica e propícia para a modernização da China (*ibidem*).

Não obstante, em 2008 certas evidências sugeriram que o isolamento da China iria decrescer. A realização dos Jogos Olímpicos em Pequim e a diminuição do brilho do Ocidente manifestaram-se como uma oportunidade para a China ganhar mais espaço internacional (Kloet, Chong & Liu 2008). Isto é, a crise financeira global de 2008 trouxe caos às economias ocidentais e contribuiu, eventualmente, para o seu disfuncionamento político. Em contraste, a China não só ultrapassou o Japão como a segunda maior economia do mundo em 2010 (BBC News 2011), mas também reforçou o espírito nacionalista com a realização dos Jogos Olímpicos. Com efeito, expectativas foram alimentadas de que a China, agora mais desenvolvida, não se iria restringir de uma voz internacional. Todavia, o Conselheiro de estado, Dai Bingguo, encerrou a discussão com um comentário, em dezembro de 2010, de que a intenção estratégica da China continuaria a ser o seu desenvolvimento a um nível interno, mantendo um ambiente pacífico no estrangeiro (USC US-China Institute 2010). O Conselheiro de estado reforçou, ainda, que só assim é que a China evoluiria e se tornaria num membro com mais responsabilidades no sistema internacional (*ibidem*).

Em jeito de conclusão, a introspeção e o isolamento da China é atribuível à política externa chinesa formulada pelos antecessores de Xi Jinping. Focados no fortalecimento interno do país e no seu crescimento económico, os líderes chineses procuraram manter-se longe dos holofotes. Todavia, no decorrer das últimas quatro décadas, a China tem vindo a abandonar o rótulo de país isolado da comunidade internacional, passando a ser uma das maiores potências mundiais com um poder económico gigante (Weissmann 2015). Neste sentido, no próximo ponto entenderemos como Xi Jinping tem procurado dar passos mais arrojados e visíveis em direção ao centro da cena mundial.

1.1.1 Xi Jinping e a mudança de paradigma

Enquanto Secretário-geral do PCC desde 2012, Xi Jinping demonstrou ser, com as suas ações abrangentes e diretivas ambiciosas, determinado a transformar a China numa potência capaz de enfrentar uma grande parte dos desafios que lhe aprouverem, tanto ao nível interno como externo. As novas ideias trazidas por Xi Jinping refletem as mudanças maciças quanto ao lugar que a China

ocupa enquanto ator no sistema internacional. Neste sentido, apesar de, por vezes, assumir uma posição ambígua relativamente à ordem internacional, Xi Jinping, numa primeira instância, procurou desvincular a China do papel revolucionário e revisionista que, em outro momento, lhe tinha sido atribuído (Bader 2016).

Primeiramente, é de salientar que a China que Xi Jinping herdou era muito diferente daquela que os seus antecessores encontraram quando assumiram o cargo de Secretário-geral do PCC. Precisando, Xi Jinping assumiu um país que tinha (e continua a ter) a segunda maior economia do mundo, resultado da sua dimensão produtora, comercial e exportadora, o que a torna bastante atrativa para o investimento vindo do estrangeiro (Embassy of the People's Republic of China in The Republic Sierra Leone 2019). Além disso, herdou uma China militarmente capaz, levantando inevitavelmente questões, entre os seus vizinhos e os EUA, se esta força seria proveitosa para objetivos ofensivos ou defensivos (Bader 2016). Desta forma, Xi Jinping procurou modernizar a força nuclear chinesa, desenvolver mísseis de cruzeiro com uma grande capacidade longitudinal, construir uma frota de submarinos a diesel modernos, expandir o inventário de caças e desdobrar o primeiro porta-aviões (*ibidem*).

Não obstante, apesar desta prosperidade económica e militar, quando Xi Jinping assumiu o governo a corrupção estava a alastrar-se e o crescimento económico a abrandar (Bougon 2022). Neste contexto, foi a imagem *low-profile* e as promessas anticorrupção que levaram Xi Jinping a conquistar legitimidade junto dos dirigentes do partido, permitindo-lhe acumular um poder dominante num curto período de tempo (*ibidem*). Portanto, com uma autoridade transcendente e com a disciplina partidária no topo da sua agenda, o atual líder da China acabou com a estrutura de liderança coletiva e consensual, marginalizou a burocracia e colocou-se a si próprio no centro da tomada de decisões sobre todas as questões.

Com efeito, a China hodierna é um ator muito mais envolvido no panorama internacional. Tendo a China necessidades diferentes daquelas que tinha há 20 anos e uma nova habilidade de influenciar os acontecimentos à sua volta, Xi Jinping tornou-se na escolha ideal para repensar a política externa chinesa. Note-se que o atual líder chinês cresceu a desfrutar dos privilégios do partido comunista, traçando um caminho expedito para o poder. Porém, Xi Jinping encontrou dificuldades impostas pela Revolução Cultural, desde o exílio de Pequim, à interrupção da sua educação, até às horas de trabalho no campo na terra amarela (The New York Times 2015). Apenas quando a Revolução terminou é que o seu percurso profissional incluiu altos cargos de direção nas áreas mais internacionais e economicamente progressistas da China. Emergindo das

experiências de sofrimento e de privilégio, Xi Jinping acreditou num Partido Comunista forte para governar a China, uma aversão ao caos e à instabilidade social, um compromisso com o crescimento económico e uma exigência de respeito pelo país a nível internacional (*ibidem*).

Neste sentido, efetivamente, Xi Jinping confiou que o poder da China atingiu uma fase que lhe permitiria dar passos mais arrojados e visíveis em direção ao centro da cena mundial (Blackwill & Campbell 2016). Para tal, a China procurou reforçar a sua voz no seio das instituições multilaterais existentes e, ao mesmo tempo, estabelecer novas instituições onde pudesse deter uma influência maior. Desde logo, Xi Jinping procurou aumentar substancialmente a sua quota de votos nos principais organismos económicos mundiais, mais concretamente do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Grupo Banco Mundial (Bader 2016). O líder chinês esforçou-se, também, para colocar dirigentes chineses em papéis de liderança em organizações multilaterais, incluindo a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização Mundial da Saúde, a Interpol, e no sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) (*ibidem*). Ademais, Pequim desempenhou um papel de liderança no lançamento do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS em 2014, fornecendo cerca de 10 mil milhões de dólares de capitalização (Reuters 2015). Este Banco tornou-se numa alternativa para os países em desenvolvimento acederem a capital sem terem de sujeitar-se a requisitos intrusivos, frequentemente impostos pelos bancos de desenvolvimento existentes (Bader 2016). Já em 2015, a China lançou o Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (BAII), com o intuito de colmatar um défice de financiamento para o investimento em infraestruturas na Ásia (Brites & Jaeger 2016). O banco, com sede em Pequim, atraiu 56 membros e angariou 100 mil milhões de dólares em capital, fazendo com que tivesse dois terços da dimensão do Banco Asiático de Desenvolvimento, liderado pelos EUA e pelo Japão (Bader 2016).

Assim, ao colocar a China com uma presença mais forte no sistema internacional, Xi Jinping conseguiu dois grandes feitos. Primeiramente, demonstrou que a China é um ator central no campo da economia e no desenvolvimento global, não sendo apenas uma das muitas vozes da arquitetura económica global existente. E não menos importante, Xi Jinping providenciou confiança junto dos cidadãos chineses de que a China se está a tornar num ator cada vez mais reconhecido mundialmente (Bougon 2022). Contudo, embora as ambições de política externa chinesa se tenham tornado mais visíveis, o seu sucesso não é uma conclusão inevitável. Xi Jinping continua a confrontar-se com um leque de desafios internos e externos que, se não forem geridos de forma eficaz, poderão fazer tropeçar os seus esforços (*ibidem*). No que concerne aos desafios internos,

cada vez mais os cidadãos chineses estão conetados e interligados através dos meios de comunicação. E, portanto, as reivindicações de uma cidadania cada vez mais educada e viajada pode apresentar um desafio de governação ao PCC, na medida em que a sociedade se encontra mais capaz de protestar e exigir, por exemplo, uma maior proteção dos seus direitos constitucionais.

Por sua vez, os desafios externos espelham o abandono do posicionamento discreto da China no sistema internacional e, por conseguinte, a dificuldade em manter a imagem que Deng Xiaoping havia construído acerca do país. Isto é, o antigo líder chinês forjou a ideia de uma China pacífica e do *status quo*, que não desafia a ordem internacional estabelecida, e contribui para a prosperidade económica regional e global (Weissmann 2015). Dito isto, é hoje mais difícil para Xi Jinping manter esta retórica, como atesta a postura assertiva da China no respeitante, entre outros, à guerra comercial sino-americana, à construção de ilhas artificiais no Mar do Sul da China, aos ataques cibernéticos a Taiwan e aos exercícios militares com munições reais em redor da ilha.

Assim, não deixa de ser complexo para Xi Jinping gerir as muitas contradições domésticas que servem de base à política externa chinesa. Acresce que à medida que a China se torna num ator mais ativo no sistema internacional, os seus esforços para conciliar interesses competidores e interdependentes fazem-se acompanhar de maiores dificuldades. Exemplos destes interesses incluem: proteger a soberania e a integridade territorial; continuar a modernizar o exército chinês; manter uma imagem de desenvolvimento pacífico da China e evitar ações com potencial para minar o crescimento do país; defender o princípio da não-interferência nos assuntos internos de outros estados; proteger o acesso aos mercados, capital e recursos que alimentam o crescimento económico da China; manter relações construtivas com outras grandes potências; preservar a solidariedade com outros países em desenvolvimento; e, por fim, promover uma imagem da China como defensora da segurança regional e global (Blackwill & Campbell 2016; Bougon 2022).

Dito isto, o ‘Sonho Chinês’, ou a ideia de empregar um papel central à China no mundo, tem ecoado pelos líderes chineses nos últimos dois séculos. Este conceito tem sido uma parte importante do discurso chinês, moldando a forma como a própria China vê o seu papel no sistema internacional e as relações com outros atores. Neste contexto, Xi Jinping tem procurado manter uma postura assertiva e equilibrada entre movimentações passivo-agressivas: se por um lado, por exemplo, desencadeou deliberadamente um ataque cibernético a Taiwan, por outro lado ofereceu empréstimos e investimentos generosos, criando instituições como o BAII. Em síntese, ao

combinar incentivos com ações intimidatórias, Xi Jinping procura demonstrar os benefícios de cooperar com a China e os custos económicos e militares em formar oposição à mesma.

Face ao exposto, nas próximas linhas debruçar-nos-emos sobre um dos projetos mais ambiciosos de Xi Jinping, a Faixa e Rota Chinesa.

1.2. A Faixa e Rota Chinesa

O presidente Xi Jinping anunciou, em setembro de 2013, em Astana (então capital do Cazaquistão), o projeto chinês denominado por *One Belt One Road*, posteriormente atualizado para *Belt and Road Initiative* (BRI) e conhecido em português de Portugal como a *Faixa e a Rota Chinesa* (Duarte 2020). Assim, depois da antiga Rota da Seda ter declinado por volta do ano de 1400, o conceito, aliado ao espírito de conectividade, parece reemergir cerca de seis séculos mais tarde (*ibidem*). Note-se que, há mais de dois mil anos, a antiga rota ligava a Ásia ao continente europeu, bem como a uma parte da África setentrional e oriental. Esta rota ligava as diferentes regiões através de um corredor económico de troca de mercadorias, de que se destaca a seda, o ouro, as especiarias, o chá e, também, as filosofias, tecnologias e religiões (Duarte 2017). Com efeito, inspirada no sucesso da Antiga Rota de Seda, a FRC é uma iniciativa que, para além de buscar a recuperação da superioridade económica da China (*ibidem*), visa alcançar uma série de objetivos políticos, sociais e, também, militares (Cai 2017). Porém, acima de tudo, a FRC procura contribuir para a criação de estabilidade internacional e, ao mesmo tempo, permitir à China a segurança energética, militar, política e financeira (Duarte 2017).

Com efeito, apelidada de “projeto de século” por Shahriar (2019, p.1, tradução da autora), a FRC visa desenvolver uma cooperação multilateral em que todos os estados são convidados a participar. O objetivo assenta em reunir o maior número de participantes possível, expandindo, assim, ao máximo o seu escopo geográfico (Barros 2021). Contudo, Xi Jinping tem vindo a revelar que a FRC vai para além do estabelecimento de parcerias económicas. Isto é, tendo por base os seus pilares⁹ da zona económica, a FRC procura estabelecer, entre os parceiros, laços culturais e políticos, criando, desta forma, “uma comunidade com interesses, destino e responsabilidades comuns” (Embaixador chinês Yang Yanyi, *apud* Duarte 2017, p.44). Neste sentido, atualmente, a iniciativa abrange o território asiático, europeu, africano e latino-americano, sendo que estas

⁹ Pilares da zona económica da FRC: o desenvolvimento mútuo, a não-confrontação, o respeito mútuo e o diálogo, o respeito pela escolha do outro relativamente ao sistema social, o apoio aos interesses estratégicos do outro estado, o respeito absoluto pela soberania e a renúncia a qualquer forma de hegemonia (Duarte 2017).

regiões combinadas representam 63% da população mundial (Consulate-General of the People's Republic of China in Chicago 2017). Salientemos que, até julho de 2019, a FRC gerou 195 contratos intergovernamentais com 136 países e 30 organizações internacionais (Zhang & James 2022).

Em síntese, a FRC visa o desenvolvimento de uma série de rotas terrestres atravessando o flanco ocidental da China, várias rotas marítimas e, desde de 2015, um corredor digital intitulado por Rota da Seda Digital (Council in Foreign Relations n.d.). Face ao exposto, de seguida analisaremos as características dos diferentes corredores que constituem a FRC.

1.2.1 Os corredores terrestres

No que respeita ao traçado terrestre da FRC, estes consistem em seis passagens transcontinentais com a capacidade de ligar a China ao sudeste da Ásia, ao sul da Ásia, à Ásia Central, à Rússia e à Europa (One Belt One Road Europe n.d.). Desta feita, à medida que o comércio se torna mais aberto entre diferentes regiões, estes corredores dispõem da capacidade de responder à demanda de fabricantes e comerciantes por novas ligações de transporte.

A logística terrestre entre a Europa e a Ásia consiste essencialmente na Ponte Terrestre Eurasiática (Pomfret 2020). De facto, desde 1990, que esta ponte funciona como uma forma de promover o comércio e a cooperação económica entre as regiões através do uso de ferrovias, rodovias e outras infraestruturas de transporte ao longo da rota, tendo ganho um novo ímpeto com a FRC (*ibidem*). Esta rota começa na China, atravessa a Ásia e termina em vários países europeus, como a Alemanha, a Polónia e a Holanda (The State Council Information Office The People's Republic of China 2020a). Contudo, é importante notar que a sua logística ainda está a ser aprimorada para conseguir ter a capacidade de lidar com o aumento do volume de transportes (Pomfret 2020).

Ademais, a FRC deu também vida ao corredor terrestre Bangladesh-China-Índia-Myanmar (Karim & Islam 2018). A vontade de cooperação entre estes quatro países remonta a 1998, pese embora muitas questões tenham sido objeto de debate, atrasando, por conseguinte, a construção daquele que é hoje um dos seis corredores terrestres da FRC (Islam, Wang & Sheng 2022). Neste sentido, uma das questões que levou ao atraso desta cooperação consistiu na relutância do governo indiano em participar em *fora* regionais multilaterais com a China. Apesar de o governo indiano manter (ainda) uma posição cautelosa face à China, em 2013 Pequim e Nova Deli acordaram a construção deste corredor. Contudo, a sua concretização, à data da presente

dissertação, ainda não terminou, devido a atrasos nas infraestruturas e nos investimentos (Islam, Wang & Sheng 2022).

Por outro lado, estrategicamente localizada entre a Rússia e a China, a Mongólia faz parte de mais outro corredor terrestre da FRC, proposto por Xi Jinping em 2014 (Global Times 2022). Desta feita, os três países chegaram a um acordo sobre o seu desenvolvimento em 2016. Conhecido como corredor China-Mongólia-Rússia, esta infraestrutura tem o intuito de melhorar a conectividade transfronteiriça (Silk Road Briefing 2023). Por outro lado, os três países acordaram ainda no reforço da cooperação nos domínios da energia, da agroindústria, das tecnologias da comunicação, do turismo e do ambiente (*ibidem*). A adesão da Mongólia a este corredor reveste-se de importância geopolítica e económica vital para o país, aproximando-o da órbita económica da China, que é para todos os efeitos o seu maior parceiro comercial. Note-se que, durante décadas, as infraestruturas da Mongólia foram alvo de um desgaste significativo acompanhado de uma ausência de investimento na sua manutenção (Reuters 2016). Por conseguinte, a construção deste corredor é condizente com a estratégia de desenvolvimento nacional do país, que privilegia o investimento em infraestruturas com vista à expansão das redes ferroviárias e rodoviárias (*ibidem*).

A somar aos já mencionados, o corredor terrestre China-Ásia Central Ocidental, é mais um no âmbito da FRC, merecendo, por conseguinte, a nossa atenção. Esta infraestrutura atravessa oito países, sendo eles a China, a República Islâmica do Irão, o Cazaquistão, o Quirguistão, o Tajiquistão, o Turquemenistão, a Turquia e o Uzbequistão. Com efeito, este corredor melhora a conectividade entre a China, os países parceiros da Ásia Central e Ocidental, bem como os portos mediterrânicos e a Europa (The Economic and Social Commission for Asia and the Pacific 2022). Por sua vez, o corredor económico China-Paquistão assenta em gasodutos, oleodutos e caminhos-de-ferro que visa quebrar o isolamento de Xinjiang, proporcionando-lhe acesso direto ao Oceano Índico, sem necessidade de passar por Malaca (Duarte 2019).

Por fim, o corredor China-Península Indochinesa tem dois pontos de partida, terminando ambos em Singapura. Enquanto a linha oriental começa em Nanning, na província de Guangxi, por sua vez, a linha ocidental tem início em Kunming, na província de Yunnan. Desta forma, o corredor China-Península Indochinesa, entre o ponto de partida e o ponto de chegada, abrange os estados membros da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático), nomeadamente o Vietname, o Laos, o Camboja, a Tailândia, a Malásia e Singapura. Não obstante, à semelhança de outros corredores económicos, o Corredor China-Península Indochinesa é também um projeto

multifacetado, envolvendo questões de comércio, energia, infraestruturas e transporte de mercadorias. Contudo, quando comparado com outros corredores, o corredor China-Península Indochinesa é suscetível de proporcionar uma maior a integração económica em virtude do Acordo de Comércio Livre entre a China e os países da ASEAN (Gulyás 2020). Com efeito, este corredor constitui uma base importante para a China reforçar a cooperação com os países da ASEAN, ao mesmo tempo em que procura diminuir quaisquer entraves ao comércio com este realizado.

Destarte, um dos feitos notáveis da FRC, consiste no facto de em 2014 a linha férrea do Trans-Siberiano, normalmente considerada como a mais longa no mundo, deixar de o ser após um comboio de mercadorias proveniente de Yiwu chegar a Madrid (South China Morning Post 2014; Duarte 2017). Este comboio, que percorreu cerca de oito mil quilómetros, demonstra como as redes ferroviárias são um elo importante para ajudar a escoar de forma eficiente os produtos chineses para mercados europeus e centro-asiáticos. Ademais, não deixa de ser interessante do ponto de vista geopolítico que, embora a Rússia tenha sido pioneira na tentativa de unir o extremo asiático a Lisboa (Modern Diplomacy 2023), é a China quem está mais próxima de realizar este feito.

Em suma, ao contrário do transporte marítimo, que necessita aproximadamente de 45 dias, aos quais acrescem atrasos por vezes significativos em virtude do congestionamento dos portos, as rotas ferroviárias têm a capacidade de expedir mercadorias para a Europa em cerca de 16 dias (Vinokurov 2016). Assim, a principal vantagem dos corredores terrestres consiste nos seus prazos de entrega abreviados, pese embora o frete marítimo seja mais económico (Duarte 2017).

1.2.2 Os corredores marítimos

Anunciada oficialmente em outubro de 2013 por Xi Jinping em Jacarta, a Rota da Seda Marítima (RSM) do século XXI procura ao nível económico aumentar as exportações, facilitar o comércio entre a China e os demais países. Por outro lado, a RSM contém em si, também, questões inerentes de *soft power*, na medida em que procura divulgar o modelo chinês diminuindo, consequentemente, a sinofobia pelo mundo fora.

Dito isto, a RSM permite reforçar laços económicos e políticos entre os membros da FRC, ao mesmo tempo que se serve de uma diplomacia portuária acompanhada por uma construção de infraestruturas várias suscetíveis de permitir à China a proteção de vias marítimas de abastecimento, bem como a diversificação de fontes energéticas (Hillman 2020; McGreevy 2018). Assim sendo, considerada um instrumento de defesa do interesse nacional chinês, a RSM almeja

expandir continuamente o seu âmbito geográfico para novas águas, diversificando e assegurando linhas marítimas de comunicação como parte da renascença marítima da China (Ghiasy & Sallman 2018).

Todavia, quando o traçado marítimo da RSM foi inicialmente apresentado, exibia pouca clareza geográfica, sendo a cooperação com ASEAN uma das poucas referências feitas (Saighal 2014). Contudo, quando o primeiro documento oficial sobre a RSM foi publicado, verificou-se um aumento espacial da sua cobertura marítima (*ibidem*). Neste sentido, a RSM passou a abranger o Mar do Sul da China, a região do Índico, o Pacífico Sul, o Mar Mediterrâneo e, mais tarde, o Atlântico. Em 2017, a RSM seria expandida também ao Oceano Ártico, adquirindo aí a terminologia de rota da seda polar (The State Council The People's Republic of China 2017).

Por sua vez, países como Portugal desempenham igualmente um papel interessante no âmbito da RSM. Com efeito, a visita do presidente Xi Jinping a Portugal em novembro de 2018, suscitou a assinatura de um memorando, abordando a cooperação logística, aérea, terrestre e marítima no quadro da FRC (Duarte 2019). Neste contexto, os parceiros europeus, principalmente o eixo franco-alemão, manifestaram a sua reticência face à cooperação sino-portuguesa, em áreas sensíveis como a monitorização dos oceanos (*ibidem*). Tais preocupações devem-se, entre outros, ao facto de Portugal possuir a terceira maior Zona Económica Exclusiva da UE, podendo vir a duplicar o seu território marítimo caso a proposta de alargamento de fundo marítimo apresentada por Lisboa seja considerada legítimas pelas Nações Unidas (MPAs Europe n.d.; Caspian Report 2021). Ora, caso este alargamento se verifique, uma maior área marítima poderá ser apetecível para a China com vista a extração de riquezas do Atlântico, além de que as águas portuguesas estão vinculadas à NATO e, por conseguinte, são consideradas águas proibidas (Ferreira-Pereira & Duarte 2023).

Em suma, a RSM congrega as vias marítimas de comunicação essenciais para uma China que é a fábrica do mundo, na medida em que é por mar que transita a maior parte do comércio. Por outro lado, a China vê uma possibilidade na RSM de consolidar parcerias e estabelecer uma diplomacia dos portos eficaz suscetível de lhe permitir mitigar a contenção exercida pelos EUA no Indo-Pacífico (Ghiasy, Su & Sallman 2018). De acordo com Clemens (2015), a RSM fornece “direção estratégica no quadro da reemergência chinesa, o que atesta a importância dos corredores marítimos na estratégia de desenvolvimento doméstica e externa do país.

1.2.3 Os corredores digitais

Foi em 2015 que o governo chinês introduziu a RSD enquanto complemento dos corredores terrestres e marítimos (Xinhua 2017). Com o objetivo de criar uma comunidade comum extensível igualmente ao ciberespaço, a componente digital tem sido um tópico frequentemente enfatizado por Xi Jinping (The State Council Information Office The People's Republic of China 2020b). Foi no primeiro *Belt and Road Initiative Forum for International Cooperation*, em 2017, que o líder chinês reforçou a importância da RSD (Belt and Road Portal 2017). Desde então, um plano de ação acompanhado por dezenas de memorandos de entendimento para a cooperação tecnológica e inovação, entre a China e os parceiros da FRC, têm sido anunciados e assinados com o intuito de promover a RSD (He 2022).

Não obstante, apesar de a RSD ser uma iniciativa relativamente recente, as suas raízes remontam às décadas de 1980 e 1990. Tal deve-se ao facto de já naquela época os líderes chineses procurarem elaborar políticas industriais e negociar acordos com empresas estrangeiras, com vista a dotar cada vez mais as empresas chinesas de telecomunicações de maior competitividade (Hillman 2021b).

Deste modo, à semelhança dos outros corredores da FRC, o discurso chinês em torno da RSD compreende uma lógica de cooperação e de benefícios mútuos entre os parceiros, apesar de, na prática, ter vindo a favorecer sobretudo os interesses político-económicos da China (Hillman 2021a). Tais interesses passam, nomeadamente, por exportar a tecnologia chinesa e, assim, mover-se para o centro das redes globais de informação, numa altura em que são extremamente valiosas. Contudo, ao contrário das infraestruturas físicas, como as rodovias, as ferrovias e os portos marítimos, que alteram visivelmente a geografia e a economia dos países da FRC, o impacto da tecnologia chinesa é mais difícil de analisar. Desta forma, até à data, a RSD tem consistido num conjunto ambíguo de declarações governamentais oficiais, ainda que dotadas de objetivos pouco claros.

No entanto, é consensual que o principal objetivo da RSD passa por assegurar que as empresas chinesas tiram partido do acesso a mercados emergentes, e, por conseguinte, se desenvolvam tecnologicamente face às congéneres ocidentais (Triolo et. al. 2020). Posto isto, tanto empresas estatais, como empresas ditas privadas, como a Huawei e a Alibaba, são subsidiadas pelo governo chinês com o intuito de melhor alcançarem, quer no plano doméstico, quer no estrangeiro, interesses caros ao PCC (Malena 2021). Neste sentido, a RSD pode ser entendida como o símbolo do esforço da China em promover a sua visão global através de uma

série de projetos tecnológicos. Por outras palavras, a RSD não procura apenas impulsionar o fornecimento o desenvolvimento de infraestruturas para estender a internet a regiões e a áreas mais remotas, como também disponibilizar um leque mais vasto de dispositivos e serviços tecnológicos a que as pessoas possam recorrer (Kassenova & Duprey 2021). Ilustrativo a este respeito, são os projetos tecnológicos da RSD que incluem a instalação de fibras óticas nos países signatários da FRC, bem como a comercialização de equipamentos com o sistema operativo Android. Sublinhe-se, igualmente, o estabelecimento de acordos entre a China e outros países com vista à utilização do Baidu (Hillman 2021a). Note-se que a China tem procurado instalar, através da RSD, cabos de internet em alto mar a fim de conetividade continental e, assim, expandir o alcance do sistema de navegação por satélite do Baidu, uma alternativa ao sistema GPS dos EUA (Malena 2021). Esta iniciativa levada a cabo por Pequim, demonstra a vontade da China em tornar-se tecnologicamente autossuficiente e, ao mesmo tempo, oferecer uma alternativa tecnológica aos países que não querem estar dependentes da tecnologia ocidental (Triolo et. al. 2020). Face ao exposto, as narrativas ocidentais são portadoras de fortes críticas quanto à finalidade perseguida pela RSD (Seoane, Miranda, Goset & Marzá 2021), sendo a posição assertiva dos EUA ilustrativa à competição digital existente entre as duas potências (Geraldes 2020).

O surto do Covid-19 veio, por sua vez, acelerar a expansão da RSD, ao mesmo tempo que expôs os riscos da conetividade física e demonstrou que as economias estão cada vez mais ligadas (Hillman 2021a). Neste sentido, as empresas tecnológicas chinesas aproveitaram a situação pandémica, que expôs os benefícios do digital, para aprofundarem mais rapidamente a cooperação com os membros da FRC e, assim, dificultar a entrada de outras empresas concorrentes. Nesta busca de mercados e de desenvolvimento tecnológico, a Huawei tem sido um dos principais fornecedores das redes 5G em todo o mundo, especialmente nos países em desenvolvimento.

Em suma, a RSD pode ser vista como uma forma de a China conquistar quotas de mercado nas indústrias de alta tecnologia, pese embora no processo seja acusada pelo Ocidente de exportar tecnologia de vigilância, como é o caso das câmaras de reconhecimento facial, por meio da Huawei (Triolo et. al. 2020). Dito isto, nos próximos capítulos analisaremos a proximidade e conivência de Pequim face à Huawei, e de como ambos são projetados para expandir os interesses da China no mundo.

2. A Huawei como ator doméstico

A Huawei é uma das empresas de tecnologia chinesa mais conhecidas. Efetivamente, o desenvolvimento tecnológico e o aparecimento da Internet foram vistos como uma possibilidade para a China acompanhar a modernização do Ocidente, através de grandes investimentos no setor digital. Neste sentido, a Huawei ocupa um papel importante para o efeito.

Criada em 1987, por Ren Zhengfei em Shenzhen, a Huawei começou por ser apenas uma revendedora de dispositivos. Contudo, em 1990, a empresa introduziu o fabrico dos seus próprios produtos, tendo desenvolvido, em 1993, o seu primeiro equipamento telefónico de forma independente (Masahito 2020). Desta feita, foram precisos mais de 30 anos para que a Huawei evoluísse e o seu sucesso se tornasse um exemplo para outras empresas tecnológicas à escala mundial. Isto porque, criada por sete pessoas com apenas 2.400 dólares, a Huawei operou uma transição gradual de pequena empresa para uma gigante tecnológica globalmente competitiva (Huawei 2020).

Porém, o sucesso da Huawei não impediu que as críticas relativamente à sua relação com o PCC surgissem (Dube 2022; Greitens 2020; Berman, Maizland & Chatzky 2023). Não obstante, a Huawei há muito que tem vindo a tentar desvincular-se das críticas de apropriação que o PCC alegadamente dela faz no âmbito da vigilância comportamental dos chineses (Huawei 2019a). Isto é, o PCC continua a contar com ferramentas tecnológicas para erradicar a dissidência e se preservar, na prática, como o único partido do país. Neste sentido, os aplicativos da vigilância da Huawei têm ganho mediatismo, ainda para mais quando é levantada a hipótese de que esta tecnologia possa ser exportada, por meio da RSD, para outros países (Nikkei Asia 2019; The New York Times 2019; Dube 2022). Este facto levanta preocupações crescentes na China e, em todo o mundo, sobre a perda de privacidade provocada quer pelo sistema de crédito social, quer pelas *safe cities* e *smart cities*, projetos que analisaremos ainda neste capítulo.

Assim, a Huawei, não só é uma das empresas globais mais dinâmicas e inovadoras da atualidade, como, também, líder mundial no fornecimento de tecnologias de telecomunicações (Rajawat & Chacon 2019). Por conseguinte, importa compreender a relação da Huawei com o governo chinês e o seu papel nos principais projetos de controlo supramencionados. Deste modo, nas linhas que se seguem abordaremos com mais detalhe os contornos da Huawei enquanto ator no plano doméstico.

2.1. Um instrumento ao serviço do PCC

Enquanto líder de vendas de equipamentos de telecomunicações, a Huawei colocou a China no centro do desenvolvimento tecnológico. Contudo, o seu sucesso face aos competidores (nomeadamente ocidentais) tornou-a um alvo apetecível em matéria de escrutínio sobre alegadas questões de segurança que a empresa levanta (Alon, Zhang & Lattemann 2021). Entre outros fatores, importa destacar as suspeitas de uma forte ingerência do PCC na Huawei (Donahue 2020; Cartwright 2020; Inkster 2019). Um dos argumentos que aponta para uma relação próxima entre a Huawei e o governo chinês, consiste no facto de o fundador da empresa, Ren Zhengfei, ter ocupado um cargo de alto nível no Exército de Libertação Popular durante a Revolução Cultural (Balding 2019). Todavia, é de notar que a Huawei não é a única empresa cujos executivos dispõem de ligações ao PCC. A título de exemplo, também, a Alibaba, cujo fundador é JackMa, é frequentemente associada ao PCC (Reuters 2018).

Com efeito, através da colocação de membros do PCC no quadro gestor das empresas privadas, da regulamentação pesada e dos investimentos estatais, o governo dispõe de uma influência considerável sobre as mesmas (The Guardian 2019a; Institut Montaigne 2021; Nikkei Asia 2022). Desde logo, porque a lei chinesa exige que qualquer empresa no país tenha como funcionários três ou mais membros do partido (Hawes 2022). Neste sentido, em 1995, Chen Zhufang tornou-se a primeira secretária do PCC na Huawei. Pese embora se encontre reformada, Chen Zhufang ainda permanece ativa na empresa como uma das mentoras de pensamento da Huawei (*ibidem*). Este sistema de mentoria do pensamento tem como objetivo contribuir para o estímulo da moral dos funcionários, eliminando ao mesmo tempo os entraves à produção (*ibidem*). Em 2009, Zhou Daiqi sucedeu Chen Zhunfang enquanto secretário do PCC na Huawei, um dos executivos, diretor de ética e conformidade e membro do conselho de supervisão da empresa (The Guardian 2019b).

Desde 1996, que a Huawei é vista pelo governo chinês como uma “campeã nacional”, título reservado àquelas empresas que reforçam os objetivos estratégicos do PCC (Berman, Maizland & Chatzky 2023, parágrafo 16, tradução da autora). Esta tendência governamental de se servir dos privados como instrumento de política oficial chinesa, procura, ao mesmo tempo, impedir a dominação estrangeira do setor digital à escala mundial. Neste sentido, o governo chinês tem procurado garantir que a Huawei, bem como outras empresas chinesas importantes, disponham de um fácil acesso a financiamentos elevados governamentais. A título ilustrativo, mais

recentemente, em 2018, a Huawei teve direito a 222 milhões de dólares em subsídios fornecidos pelo estado chinês (Nakashima 2019).

Em razão da interferência do PCC nos privados, torna-se, por conseguinte, complexo definir os limites de um e de outro. Sob a presidência de Xi Jinping, a distinção entre o público e o privado tornou-se ainda mais complexa, uma vez que o PCC tem procurado aumentar a sua influência sobre a indústria privada, especialmente nas empresas tecnológicas. Segundo Maizland & Chatzky (2020), o governo procura pressionar as empresas de tecnologia a oferecer ativos ao partido, bem como papéis de maior relevo na gestão das mesmas.

Ademais, nos últimos anos, o governo ampliou a sua capacidade de apropriação de dados sob pretexto de reforço de segurança nacional, redigindo e aprovando novas leis que obrigassem empresas, como a Huawei, a auxiliar o governo na coleta de informações (Financial Times 2019). Face ao exposto, na China da atualidade tem-se assistido à redução do livre comércio, acompanhado da regulação do privado por parte do estado. Neste sentido, a manipulação e omnipresença do estado, quer no público, quer no privado, para concretizar fins políticos, vai ao encontro da *digitalpolitik*. De facto, imbuída da essência realista, a *digitalpolitik* legitima as interferências estatais com vista à manutenção de interesses superiores, ao invés de defender a separação entre estado e mercado. A título ilustrativo, ainda como materialização da *digitalpolitik*, a Lei de Segurança Nacional Chinesa, promulgada em 2015, afirma que os cidadãos e as empresas têm a responsabilidade e a obrigação de manter a segurança nacional (Law of China 2015). Ora, na visão da ONU (2015), esta lei aponta para um controlo ainda maior da sociedade civil por parte das autoridades chinesas. Por sua vez, a Lei Nacional de Inteligência de 2017, declarou que as empresas chinesas devem cooperar com as autoridades na coleta de informações (Law of China 2017).

Disto isto, em janeiro de 2019, Ren Zhengfei negou as alegações de que a Huawei tinha obrigação em auxiliar o governo chinês, dizendo que nunca prejudicaria os seus clientes e que a Huawei não colabora face a tais pedidos (Huawei 2019a). Neste contexto, para tentar dissipar estas preocupações, a Huawei solicitou um relatório à Zhong Lun (escritório de advocacia chinês) que explicasse que a empresa não pode ser forçada a cometer atos de espionagem ao serviço do governo chinês. Assim, a Huawei garante que gere as suas operações de uma forma puramente comercial e que o governo chinês não influencia a sua gestão, exceto de uma forma regulamentar dita normal (*ibidem*).

Contudo, independentemente do que conste em qualquer lei ou relatório, é inquestionável, na prática, que o governo chinês detém a palavra final sobre praticamente tudo. Na prática, se o PCC solicitasse à Huawei algo que esta não se demonstrasse disposta a realizar, certamente que enfrentaria as devidas consequências. Pois, como disse Xi Jinping, “o partido, o governo, o exército, a sociedade e a educação – leste e oeste, sul e norte, o partido lidera tudo” (Xi Jinping *apud* Mercator Institute for China Studies 2019, parágrafo 25, tradução da autora). Assim, da mesma forma que Pequim não encara a sociedade civil como um setor não-governamental, o PCC não permite, também, que as empresas domésticas sejam verdadeiramente independentes de Pequim.

Por conseguinte, a Huawei procura agir em consonância com as orientações do seu líder máximo, Xi Jinping. Note-se que em 2000, a Huawei iniciou as suas operações globais nas áreas negligenciadas pelas empresas ocidentais, algo que abordaremos com mais detalhe no capítulo seguinte. Esta abertura global tem por pano de fundo um conjunto de iniciativas políticas como o *Going Global*, formulada pelo Zhu Ronji (Wong 2016). Esta política foi incluída no 10º Plano Quinquenal da China (2001-2006), sendo identificada como uma estratégia necessária no caminho da globalização, e posteriormente acelerada pela adesão da China à OMC. Através desta política, empresas na China foram encorajadas a investir no estrangeiro e a tornarem-se mais competitivas no mercado global. Posteriormente, os avanços da Huawei no 5G estão, também, ligados à estratégia *Going Global 2.0* da China. Esta política nasceu com o objetivo de melhorar a estratégia original *Going Global* e, uma vez mais, refletir a aspiração da China em tornar-se um exemplo no mundo digital, sendo a tecnologia 5G o seu elemento mais notório (China Policy 2017). Por fim, a estratégia *Made in China 2025* fortaleceu ainda mais as reivindicações da China em impulsionar-se na produção de bens de alta tecnologia, descrevendo o 5G como a “tecnologia central e a rede do futuro” (The State Council of the People's Republic of China 2015a, p.19, tradução da autora).

Ainda assim, apesar da adesão da Huawei aos planos estratégicos chineses e dos antecedentes de ligação do seu fundador ao PCC, a Huawei é qualificada, na teoria, como uma empresa privada. O seu site oficial afirma que a Huawei é propriedade de aproximadamente 100.000 funcionários, detendo o seu fundador apenas um por cento da empresa (Huawei n.d.a). Adicionalmente, acrescente-se, por outro lado, que a Huawei não recebeu qualquer apoio diplomático até se tornar uma marca significativa da proeza tecnológica (Tekir 2020). Isto indica que a China se absteve de agir no sentido de reforçar a Huawei, até esta ganhar um grau

considerável de competitividade no mercado. Neste sentido, a Huawei não faz parte da estrutura do estado chinês, embora atue em sintonia com as grandes orientações do partido. Aliás, de acordo com o European Values Center for Security Policy (2020), “os propósitos da Huawei são, na verdade, os objetivos do PCC para a Huawei” (p.9, tradução da autora). Desta maneira, o governo chinês atua como um mentor da Huawei, facilitando a sua expansão e fornecendo subsídios governamentais a esta sempre que necessário. A Huawei é assim uma empresa privada que, após ganhar um certo nível de notoriedade no estrangeiro, passou a ser instrumentalizada por Pequim com vista a obtenção de ganhos nacionais.

Face ao exposto, o governo chinês procurou adaptar-se às mudanças trazidas pela globalização, ao mesmo tempo que se serviu das mesmas para impulsionar o desenvolvimento tecnológico chinês, tal como salientado no discurso de Xi Jinping na Cerimónia de Abertura da Quinta Exposição Internacional de Importação da China em novembro de 2022 (Xi Jinping 2022). Neste sentido, a China no fundo tem-se servido da Huawei para dar cartas nas redes económicas. A título ilustrativo, ao invés de criar a sua própria rede 5G, a China incentivou a Huawei a investir em investigação e desenvolvimento pois reconhece que tem uma lacuna grave neste campo, ao contrário do Ocidente. E, portanto, isto é necessário para que a China se estabeleça como uma potência digital.

Face ao exposto, nas linhas que seguiremos analisar o sistema de crédito social, projeto que espelha a capacidade de controlo do PCC no seio doméstico e a sua respetiva ligação à Huawei.

2.2 O sistema de crédito social

Baseado no princípio de responsabilização, o sistema de crédito social procura minimizar os riscos de oposição ao regime, gerindo o comportamento dos cidadãos chineses (Kostka 2019). Deste modo, o governo chinês considera este sistema um instrumento importante para evitar que se suceda com o PCC o mesmo colapso abrupto que aconteceu com a desintegração soviética (Armitage 2021). E, portanto, o PCC sente que importa controlar os comportamentos, para impedir e prevenir os dissidentes e/ou opositores. Na prática, o SCS pretende controlar, classificar e regular o comportamento social, moral e financeira da conduta dos cidadãos chineses por meio de punições e recompensas (Bartsch & Gottske n.d.). Todavia, este sistema não só afeta os cidadãos, como as restantes camadas da sociedade incluindo instituições. Assim sendo, o objetivo da SCS consiste em “proporcionar benefícios e disciplinar os que não são de confiança” (The State

Council The People's Republic of China 2016, parágrafo 3, tradução da autora). Para o efeito, Pequim considera que a globalização de caráter ocidental trouxe vícios à China que contribuíram para minar a ética e os comportamentos dos cidadãos chineses (Knight 2006). Daí que, no entendimento de Xi Jinping, nada como devolver a virtude confucionista (os valores milenares chineses) ao comportamento da sociedade da atualidade.

Regendo-se em base de dados, o SCS utiliza sistemas de monitorização e processamento em tempo real para a captação e interpretação dos *Big Data*¹⁰ (U.S. China Economic and Security Review Commission 2020). Contudo, o SCS também premeia aqueles que praticam atos virtuosos aos olhos de Pequim. Refira-se, a título de exemplo, as pontuações mais altas permitem que os cidadãos beneficiem de impostos mais baixos, melhores condições de crédito, acesso mais fácil ao mercado, entre outras recompensas. Por sua vez, as avaliações mais baixas levam ao oposto, podendo resultar na colocação dos participantes em listas negras, acrescido das respetivas sanções legais (Lee 2020).

Não obstante, o SCS, cuja metodologia é secreta, ainda está em vias de desenvolvimento sob a supervisão de Xi Jinping. Destarte, as raízes do SCS podem ser rastreadas ao início dos anos 90, como parte da tentativa de desenvolver um sistema de notação de crédito bancário e financeiro pessoal (Mercator Institute for China Studies 2022). Na época, este sistema tinha como principal objetivo facilitar a concessão de empréstimos nas zonas rurais, onde os indivíduos e as pequenas empresas muitas vezes não possuíam históricos financeiros documentados (*ibidem*). Desde então, houve uma mudança acentuada nos objetivos preliminares do SCS, passando de um sistema de crédito financeiro para um vasto conjunto de fatores sócio-políticos.

Seria necessário esperar até 2014, altura em que Pequim delineou pela primeira vez o plano para o SCS no formato atual, estimando que estivesse operacional em toda a China até ao final de 2020 (Lee 2020). Note-se que o governo chinês procura garantir que os indivíduos adequem o seu comportamento àquilo que não fere diretamente interesses domésticos nem de manutenção do partido, um pré-requisito para o crescimento económico estável e, conseqüentemente, para a estabilidade social e política. Ainda no histórico de desenvolvimento do SCS sublinhe-se o “Esboço de Planeamento para a Construção de um Sistema de Crédito Social (2014-2020)”, proclamado pelo Conselho de Estado Chinês (2014). Neste documento, é possível

¹⁰ O termo *big data*, surgido pela primeira vez em 1997, consiste na recolha de um grande volume de dados que são processados a uma grande velocidade através de ferramentas tecnológicas e métodos analíticos. Após a análise e interpretação destes dados, é possível prever os comportamentos dos indivíduos (Tableau n.d.).

constatar um contínuo reforço do uso, quer de incentivos com vista a manter a confiança, quer de restrições para evitar a desonestidade na comunidade, para, assim, construir uma “sociedade socialista harmoniosa” (*ibidem*, parágrafo 2, tradução da autora).

Contudo, atualmente, apesar de alguns dos seus mecanismos-chave estarem em vigor, o SCS está longe de constituir uma entidade unificada e que chegue a todos os chineses. Este sistema pode ser melhor descrito como um “sistema de sistemas” ou, então, como um quadro político que engloba um grande número de iniciativas (Mercator Institute for China Studies 2022, parágrafo 7, tradução da autora). Neste sentido, o desenvolvimento do SCS atrasou-se devido à sua lenta implementação regional, mas também à pandemia da Covid-19, que alterou, entretanto, as prioridades domésticas e externas do governo chinês (East Asia Forum 2023). Todavia, posteriormente a China procurou acelerar a sua conclusão, recaindo a responsabilidade pelo seu desenvolvimento e implementação sobre um consórcio de empresas tecnologicamente avançadas, nomeadamente a Taiji Computer, a Alibaba, a Tencent, a VisionVera e a Huawei (European Union Chamber of Commerce in China 2020). No que respeita à Huawei, por ser esta o nosso objeto de estudo, esta é responsável por fornecer ao SCS os recursos de computação e armazenamento, os servidores e as infraestruturas em nuvem, entre outros (CNBC 2019a).

Entretanto, em dezembro de 2020, o Conselho de Estado da China (2020) emitiu os “Pareceres Orientadores sobre a Melhoria do Sistema de Quebra de Confiança e a Elaboração de um Mecanismo de Longo Prazo para a Construção da Integridade” com o intuito de limar as linhas orientadoras do SCS. Mais recentemente, em 2022, Pequim divulgou a primeira legislação acerca do SCS, com vista a regulá-lo em matéria de aplicabilidade, escopo e responsabilidades entre os vários departamentos do governo. Intitulado “Lei da RPC sobre o Estabelecimento do Sistema Crédito Social” (tradução da autora), este projeto-lei foi anunciado publicamente para solicitar pareceres acerca da mesma, para que posteriormente possa passar por outra ronda de revisões e deliberações (China Law Translate 2022). Esta lei estipula as características do sujeito que não é de confiança por parte do governo, em razão de não cumprir a fiabilidade creditícia legalmente apontada pelos órgãos estatais (*ibidem*). Neste sentido, 2022 marcou uma nova fase no desenvolvimento e implementação do SCS, na medida em que este sistema foi alargado a grande parte do território chinês (Donnelly 2023).

Em paralelo com a aplicação ao indivíduo, o SCS é igualmente destinado à monitorização de empresas, em áreas como impostos, conformidade legal, qualidade de produtos e serviços, impacto ambiental, entre outros. Como prova dos avanços da implementação do SCS nas

empresas, refira-se que 33 milhões já receberam algum tipo de classificação (*ibidem*). Em outros termos, as empresas que se envolverem em comportamentos ditos ‘não confiáveis’ podem enfrentar consequências, como o aumento de inspeções regulatórias, a colocação numa lista de entidades desonestas e serem alvo de acesso restrito aos mercados, entre outras. Para além disso, a pontuação de crédito da empresa, assim como as alegadas infrações cometidas são divulgadas às partes interessadas, como os consumidores e fornecedores. De acordo com a Câmara do Comércio da União Europeia na China (2020), o SCS está a ser aperfeiçoado com vista a avaliar igualmente o comportamento das empresas chinesas que atuam no exterior.

Face ao exposto, a implementação do SCS na China vai ao encontro dos postulados da *digitalpolitik*, na medida em que este sistema é empregado para proteger os interesses do governo chinês. Mais concretamente, o SCS constitui o instrumento tecnológico privilegiado para auxiliar o estado na busca de novas oportunidades, formas e instrumentos de governação (*ibidem*). Sublinhe-se, a este respeito, que a *digitalpolitik* aplicada ao caso da China visa dotar o país da tecnologia apropriada para controlar os seus habitantes. Por outras palavras, o SCS confere maior viabilidade à vigilância de *big data* enquanto substituto de instituições independentes, como por exemplo os bancos, os tribunais, entre outros (Cho 2020). Pese embora a ideia subjacente ao SCS não seja nova, as atuais possibilidades tecnológicas de recolha, integração e processamento de grandes quantidades de dados permitiram que a ideia começasse a ganhar finalmente vida.

De entre as principais críticas ao SCS, salienta-se uma mistura de desdém e preocupação expressas principalmente pelo Ocidente. Enquanto alguns argumentos se referem ao SCS como um projeto “orwelliano” (The Epoch Times 2018, parágrafo 3; Fedel 2020 p. 31, tradução da autora), salientando a ascensão de uma governação digital totalitária, outros argumentam que o SCS ainda se encontra numa fase bastante subdesenvolvida para merecer tal título (Cho 2020; Mercator Institute for China Studies 2021). Não obstante, embora o SCS possa, em teoria, melhorar a segurança pública, na prática ele tem vindo a tornar-se cada vez mais uma ameaça à visão liberal das tecnologias e da internet. Por outras palavras, o uso da tecnologia com vista à monitorização da sociedade é contrário àquilo que a *netpolitik* estabelece. Como Xu (2020) argumenta, apesar das expectativas de que a internet encorajaria a liberdade e a democracia, na prática a realidade tem sido outra. Por conseguinte, a vigilância digital traz consigo um grande risco de uso indevido, podendo ser encarada como um meio que concebe largos benefícios aos governos autoritários. Em concreto, a tecnologia de vigilância, permite a identificação de possíveis opositores a um regime (*ibidem*).

Em jeito de conclusão, apesar dos contínuos esforços de Pequim, o SCS é um projeto que ainda apresenta uma performance reduzida. Porém, este 'sistema de sistemas' já dispõe da capacidade de demonstrar onde almeja chegar: a uma governação baseada em dados, onde todos são vigiados e classificados numa lógica de recompensa e punição. Dito isto, para além do SCS, existem outros projetos como as *safe cities* e as *smart cities* que auxiliam na vigilância cada vez mais apertada na China, tal como veremos de seguida.

2.3 O projeto *safe cities* e *smart cities*

A *safe city* é outro projeto que aproxima a monitorização de comportamentos levada a cabo pelo governo chinês com a chamada distopia de Orwell, onde, uma vez mais, a Huawei ocupa um papel central. Deste modo, a tecnologia de reconhecimento facial, que forma a espinha dorsal do projeto *safe city*, foi desenvolvida pela Huawei (Artigas 2019). Este programa, administrado pelo Ministério de Segurança Pública da China e desenvolvido em 2015, envolve um grande volume de vigilância de informação e comunicação (Huawei 2019b).

Segundo a Huawei, o objetivo deste projeto centra-se no aumento da segurança e na respetiva diminuição da criminalidade (Huawei 2016). Assim, à medida que a sofisticação das tecnologias avoluma, as câmaras de vigilância tornam-se capazes de identificar potenciais crimes em estado de realização iminente pelo comportamento gesticular brusco de determinada pessoa, fazendo soar o alarme, por exemplo nas passeadeiras, e alertando a polícia (*ibidem*). Deste modo, o projeto *safe city* foi concebido para ajudar a responder aos desafios modernos, procurando acelerar a resposta face às adversidades do quotidiano, com vista a proteger os cidadãos (Huawei 2019b). A utilização deste tipo de equipamentos fornecidos pela Huawei tem ajudado a reduzir em 15% os crimes violentos, num aumento de 45% na resolução de casos e num crescimento considerável da satisfação dos cidadãos, que passou de 60,2% para 98,3% (Hillman & McCalpin 2019).

Contudo, apesar dos números supramencionados, os benefícios para o bem-estar da população que a Huawei regozija são difíceis de medir e, por vezes, parecem ser exagerados¹¹. Além do mais, as estatísticas apontadas pela Huawei não são condizentes com a realidade fora da China. Refira-se a título ilustrativo do caso do Quênia, onde apesar de a Huawei afirmar que a taxa de criminalidade, em 2015, caiu 46% nas regiões cobertas pelos seus sistemas *safe city*, a polícia nacional do Quênia reportou uma queda menor e apenas em Nairóbi, existindo, até, um

¹¹ A Huawei não relatou o local, período de tempo e a fonte para a obtenção de tais estatísticas.

aumento em cidades como Mombaça (*ibidem*). Ora, este exemplo demonstra que os dados fornecidos pela Huawei não são totalmente fidedignos, pese embora o seu propósito seja claro: justificar a relevância deste projeto perante a sociedade. Deste modo, à semelhança do que acontece com o SCS, também as *safe cities* têm em si inerente uma *digitalpolitik*, na medida em que visam a satisfação dos interesses do estado, restringindo para o efeito a liberdade dos indivíduos.

Não obstante, de acordo com a Huawei, as *safe cities* são um pilar crucial de apoio ao desenvolvimento futuro das *smart cities*, aquelas que permitem uma governação inteligente, melhorando o bem-estar público (Huawei 2019b). Isto é, através de uma convergência entre diferentes tecnologias avançadas – como as redes 5G, a inteligência artificial e a internet das coisas – as *smart cities* visam melhorar a gestão das cidades e promover a inovação tecnológica (Huawei n.d.b). Desta feita, enquanto que o projeto das *safe cities* se foca especificamente em automatizar o policiamento das cidades, as *smart cities*, por sua vez, são uma iniciativa mais ampla que se dedica à automatização de funções municipais (por exemplo, o controlo de tráfego, a coleta de lixo...). Dentre as principais diferenças entre as *smart cities* e as *safe cities*, aponte-se o facto das *smart cities* além de servirem para controlarem o comportamento humano (ameaças terroristas, por exemplo), também permitem a vigilância contra potenciais riscos à segurança, como seja incêndios (Ekman 2019). Este escopo mais amplo de intervenção das *smart cities*, relativamente às *safe cities*, sinaliza a vontade do governo chinês em criar “um ambiente holístico demarcando uma visão de 360 graus sobre tudo o que possa acontecer na cidade”, tal como Edwin Diender¹² preconiza (Huawei n.d.c, parágrafo 19, tradução da autora).

Destarte, graças a um investimento substancial de câmaras de vigilância, a China detém agora um dos maiores sistemas de vigilância de comportamento do mundo. A título ilustrativo, em 2018, a China já possuía cerca de 200 milhões de câmaras de vigilância em funcionamento, uma rede quatro vezes maior do que os EUA (Ekman 2019). Refira-se a título complementar que ao longo das últimas décadas, o governo chinês apostou na criação de uma multiplicidade de projetos

¹² Chefe de informação digital da Huawei.

de vigilância de que se destaca o *Sharp Eyes*¹³, o *Golden Shield*¹⁴ e a *Skynet*¹⁵. Por conseguinte, isto significa que estão à disposição do Ministério de Segurança Pública da China diversas ferramentas de controlo, como o reconhecimento facial e sensores, funções embutidas nestas câmaras ‘inteligentes’. Apresentadas estas características, conclui-se que as redes de vigilância são, pois, cruciais para o funcionamento quer das *safe cities*, quer das *smart cities* (Ekman 2019).

Posto isto, para melhor compreendermos o impacto destas redes de vigilância nas *safe cities* e nas *smart cities*, é importante entender a sua capacidade de controlo do comportamento. Note-se, para o efeito, os sistemas das câmaras permitem reconhecer vários detalhes no ser humano, tais como se os seus olhos ou a boca estão abertos, se está a sorrir, se tem barba, entre outras características (The Guardian 2021). Por conseguinte, estes detalhes são cruzados com outros dados (da polícia, por exemplo) que, em alguns casos, incluem o nome e a respetiva identificação da pessoa. Para além disto, o reconhecimento facial dispõe, igualmente, da capacidade de distinguir etnias, como é o caso dos chineses uigures face aos chineses *han* (CNET 2020). Assim sendo, este sistema de controlo sofisticado, permite obter uma impressão praticamente completa do dia a dia dos cidadãos chineses. Além disso, uma característica atualmente em desenvolvimento na China é a utilização da técnica “nome e vergonha” (Law & Intellectual Property 2021, parágrafo 1, tradução da autora). Por outras palavras, quando um indivíduo quebra alguma lei, a sua identidade é exposta publicamente com vista a envergonhar o infrator e, ao mesmo tempo, a desencorajar outros de cometer semelhante ato (*ibidem*).

Destarte, é manifesta a ambição de Pequim na criação de uma sociedade autoritária digital, servindo-se da tecnologia para consolidar a manutenção do PCC. A título complementar, para além da utilização destas tecnologias de vigilância ao nível doméstico, a China espera desenvolver as *safe cities* e *smart cities* em todas as regiões em que houver procura, tal como será possível verificar no capítulo seguinte. Todavia, o mercado doméstico chinês continua a ser o mais promissor para o desenvolvimento das mesmas, em particular para empresas como a

¹³ Apresentado em 2015, o *Sharp Eyes* é um entre os muitos projetos de vigilância tecnológica desenvolvido pelo governo chinês, que tem especial incidência em cidades remotas e rurais. O nome deste projeto é inspirado numa citação de Mao Tsé-Tung que escreveu que “o povo tem *sharp eyes*” quando olha para os vizinhos que não vivem de acordo com os valores comunistas (Gershgorin 2021).

¹⁴ O *Golden Shield* consiste num programa chinês com a capacidade de restringir a obtenção de informações online, condicionando, assim, a liberdade de acesso à Internet da sociedade chinesa desde 2008 (Chandel, Jingji, Yunnan, Jingyao & Zhipeng 2019).

¹⁵ Semelhante às *safe cities*, o programa *Skynet*, lançado em 2005, tem como propósito um maior controlo social através de uma rede nacional de câmaras de vigilância. Deste modo, com o mesmo propósito, estes dois programas funcionam em conjunto (Peterson 2020).

Huawei, uma vez que o mercado de segurança pública se está a desenvolver a um ritmo célere sob a liderança de Xi Jinping (Statista 2022). Com efeito, o investimento nas *safe cities* e nas *smart cities* alicerçado à liderança global da Huawei, confere à China um papel pioneiro no desenvolvimento de cidades inteligentes, computação em nuvem, recolha de *big data*, reconhecimento facial, redes 5G, entre outras (Ekman 2019; Große-Bley & Kostka 2021). Com o intuito de apoiar algumas destas funcionalidades, a China tem procurado aperfeiçoar o Beidou, ou seja, o seu próprio sistema global de satélites como alternativa ao GPS¹⁶, ao Galileo¹⁷ e ao Glonass¹⁸ (GIS Report 2020). Por conseguinte, a versão mais desenvolvida do Beidou, o Beidou 3, quando ligada ao 5G, é capaz de fornecer ao governo chinês acesso à geolocalização de *smartphones* e a informações de indivíduos que utilizam estas redes chinesas (Sewall, Vandenberg & Malden 2023). Dito isto, estamos perante o uso da internet de uma forma diferente daquela que é a tradicional, ou seja, ao invés de ser usada para promover a liberdade, o comércio e a mão invisível de Adam Smith, está a ser instrumentalizada para exercer um controlo social e político. Portanto, isto consiste na aplicação da *realpolitik* ao campo digital, onde a tecnologia não serve propriamente para melhorar a vida do cidadão, mas sim para garantir a estabilidade do PCC.

Concluindo, a motivação de Pequim subjacente ao desenvolvimento das infraestruturas 5G, tem não só por base o crescimento económico, mas também as benesses político-estratégicas que estas acarretam: desde logo, o aprimoramento dos seus sistemas de vigilância. Para o efeito, como já visto anteriormente, a Huawei tem desempenhado um papel extremamente significativo, seja na construção do SCS, seja em outros projetos como as *smart cities* e as *safe cities*. Porém, apesar de todos os esforços combinados, o desenvolvimento das ferramentas de vigilância ainda apresenta uma performance aquém do inicialmente esperado. Por outro lado, a descrição que o governo chinês efetua em torno dos êxitos dos seus sistemas de vigilância é deliberadamente exagerada. Refira-se a título de exemplo, a caracterização oficial da cidade de Xiong'An como a "cidade do futuro" (Xinhua 2023, parágrafo 1, tradução da autora), pese embora esta ainda se encontre numa fase bastante incipiente de desenvolvimento.

Tendo isto em conta, após um entendimento daqueles que são os principais projetos de vigilância de Pequim no seio doméstico e o papel que a Huawei desempenha neles, importa no capítulo seguinte entender o comportamento desta empresa no estrangeiro.

¹⁶ Propriedade dos EUA.

¹⁷ Propriedade dos UE.

¹⁸ Propriedade da Rússia.

3. A Huawei como ator externo

Enquanto multinacional chinesa, a Huawei é a representação do célere crescimento económico e de inovação da China ao nível mundial (Guo, Zhang, Dodgson & Gann 2019). A este respeito, note-se para o efeito que a Huawei compete com as principais marcas como é o caso da Apple e da Samsung (*ibidem*). Hoje, com cerca de 195.000 funcionários, a Huawei opera em mais de 170 países, servindo mais de três mil milhões de consumidores em todo o mundo (Huawei n.d.d). Oficialmente, o objetivo da empresa consiste em promover a igualdade de acesso às redes digitais à escala global (*ibidem*).

Efetivamente, por meio da RSD, a Huawei tem sido uma das principais impulsionadoras tecnológicas em várias zonas do mundo, destacando-se os países em desenvolvimento. Apesar de ser esta a imagem que a Huawei tenta preservar, existem, contudo, fortes acusações, principalmente por parte do Ocidente, que minam a reputação da empresa (CNN Politics 2023; Sky News 2019; Berman, Maizland & Chatzky 2023). Assim, as preocupações de segurança sobre os equipamentos fabricados pela Huawei têm contribuído para a diminuição da presença desta nos mercados ocidentais (Politico 2022; Inkster 2018;). Porém, tal não tem impedido a Huawei de se expandir para outros mercados no âmbito da FRC. Ademais, as realizações em campos tecnológicos emergentes, como o 5G, dotou a Huawei de um certo poder discursivo na área das telecomunicações globais (Friis & Lysne 2021). Isto é, a Huawei passou a dispor da capacidade de definir normas em matérias de tecnologia, tornando-se, inclusive, um exemplo para os seus competidores. Desta feita, apesar das constantes alegações de relações próximas com o governo chinês (European Values Center for Security Policy 2020), a Huawei continua a ser um dos principais fornecedores de plataformas de comunicação do mundo, tendo a RSD um papel importante para o efeito.

Face ao exposto, neste capítulo abordaremos o papel híbrido da Huawei, os países-alvo da sua expansão, a controvérsia diplomática em que tem estado envolvida e as sanções aplicadas pelos EUA e respetivos aliados a esta empresa.

3.1 A Huawei: o duplo uso civil e militar

Após a análise realizada no capítulo anterior, é possível concluir-se que a Huawei não é uma empresa isenta da interferência do governo chinês. Como visto, embora a Huawei seja tecnicamente uma empresa privada, o seu envolvimento em projetos de vigilância e as anteriores ligações do fundador (Ren Zhengfei) ao PCC, levantaram dúvidas sobre o verdadeiro papel de

Pequim na gestão da empresa (Alon, Zhang & Lattemann 2020). Além disso, o apoio do PCC à Huawei tem-se tornado cada vez mais notório. Para além do governo ter ajudado a Huawei por meio de empréstimos milionários, também a defende vigorosamente em público. Tal é visível através do tom dos media chineses, controlados por Pequim, sempre que se pronunciam sobre os movimentos anti-Huawei. A título ilustrativo, Ren Zhengfei deu uma entrevista à *China Central Television* em 2019, onde falou sobre os ataques “sem fundamento” à Huawei vindos do Ocidente (Reuters 2019, parágrafo 3). Na entrevista em questão são enaltecidos os valores morais da empresa, a qualidade dos seus produtos e de como o Ocidente sairia prejudicado ao banir a Huawei dos seus mercados: “sairiam a perder com essa atitude” (*ibidem*, parágrafo 5, tradução da autora).

Tendo isto em conta, importa debruçarmo-nos sobre o duplo uso da Huawei para fins civis e simultaneamente militares. Desde logo, no que respeita ao uso civil, como já referido, mais de um terço da população mundial utiliza a tecnologia Huawei para satisfazer as suas necessidades diárias de comunicação (Huawei 2020). E, portanto, considerada uma das maiores investidoras mundiais em pesquisa e desenvolvimento, a Huawei tem tido um papel significativo no fornecimento de TICs a nível mundial (Huawei 2021). A título complementar, de acordo com a *Copenhagen Economics* (2022), a Huawei concentra uma parte considerável das suas atividades na Europa, o que, por conseguinte, a leva a contribuir para a economia europeia.

Além disso, a Huawei também tem desempenhado um papel importante no fornecimento de tecnologia aos países em desenvolvimento, na Ásia, África e na América Latina (Kynge 2021). Em concreto, vários mercados emergentes veem a empresa como uma parceira essencial para estimular o desenvolvimento das suas economias digitais (Noone 2022). Ao fazê-lo, a Huawei procura posicionar-se favoravelmente com vista a fornecer a próxima geração de redes um pouco por todo o mundo, competindo para o efeito com congéneres ocidentais. Assim, ao canalizar as suas operações para áreas negligenciadas geralmente pelas empresas ocidentais (como é o caso do chamado estado pária), a Huawei contribui ao mesmo tempo para a criação de uma dependência tecnológica dos países consumidores relativamente à China. Contudo, a tecnologia Huawei vem com *strings attached*, no sentido em que esta pode ser instrumentalizada como um meio de censura e controlo para regimes, que à semelhança da China, não comungam de uma visão ocidentalizada da democracia exercendo, por conseguinte, ações de repressão (Alon, Zhang & Lattemann 2021). Desta feita, ao negociar com regimes autoritários, a Huawei garante, assim, que os sistemas de vigilância *made in China* se expandem para além das fronteiras chinesas. Com

feito, as tecnologias representam um novo meio para a projeção de poder da China no mundo. Na prática, Pequim não tem receio em utilizar a dependência económica que vai gerando em vários para mitigar-se da pressão externa e, ao mesmo tempo, exportar uma visão alternativa à do Ocidente.

Ademais, a Huawei exerce também um contributo importante no que respeita à exportação de um modelo de *safe cities* e *smart cities* de característica chinesa para o resto do mundo (Hicks 2022). Em concreto, segundo Xia Qiang, especialista em vigilância estatal da China na Universidade de Califórnia, as *safe cities* e *smart cities* que a Huawei procura exportar “(...) representa a expansão global do sistema chinês de autoritarismo digital. (...) ou seja, a capacidade de controlar, vigiar e coagir as sociedades usando o tipo de tecnologia das *safe cities* e das *smart cities*” (*apud* Kynge, Hopkins, Warrell & Hille 2021, parágrafo 15, tradução da candidata). Ademais, à medida que os custos de produção dos sistemas de vigilância diminuem e a sua qualidade aumenta, a procura pelo modelo digital autoritário chinês tende a expandir-se.

Os desenvolvimentos acima sublinhados apontam para o carácter obsoleto da *netpolitik*, pois não é apenas de comércio que vive a Huawei e das receitas que gera. No fundo, além da economia, existe uma lógica geopolítica que a *netpolitik* não explica e que está subjacente à expansão da Huawei e dos seus sistemas um pouco por todo o mundo. À guisa de conclusão, a *digitalpolitik* ajuda a uma melhor compreensão de que as infraestruturas digitais são uma plataforma interesse para o aumento de influência de Pequim não só na esfera doméstica, mas também cada vez mais no estrangeiro. Ao apetrechar outros regimes autoritários de ferramentas digitais que permitem censurar e reprimir, como é o caso da Venezuela, assistimos por parte da China a uma reformulação do equilíbrio de poder entre as democracias e as autocracias (Polyakova & Meserole 2019). Posto isto, Pequim para além de entender o valor económico da tecnologia, percebe agora também a sua utilidade para a política interna e externa chinesa, alinhando-se, assim, com a *digitalpolitik*.

De forma a melhor compreendermos esta forma de operar da *digitalpolitik*, importa abordar concretamente os países em que a Huawei opera, como veremos de seguida.

3.2. Os países-alvo

Tal previamente analisado, a trajetória de expansão da Huawei é extensa, envolvendo diversos países espalhados pelo mundo. Contudo, o rápido crescimento das suas atividades no estrangeiro deriva primordialmente de três razões. Desde logo, o apoio do governo, que se mostra solidificado

na *Going Out Strategy*, no *Going Global 2.0* e no *Made in China 2025*. Em todas estas iniciativas, Pequim tem procurado incentivar as empresas chinesas a investir no exterior, para assim adquirirem *expertise* e competirem com as suas congéneres ocidentais (Wang 2016; Institute for Security & Development Policy 2018; Tekir 2020). Ao mesmo tempo, empresas de renome como a Huawei alcançam a possibilidade de participar, juntamente com outras empresas ocidentais, em atividades coletivas de pesquisa e desenvolvimento, nas quais ganham competências, melhorando, por conseguinte, o seu desempenho (Peng & Zhang 2021). Consequentemente, ao fazê-lo, Pequim tem assegurado a evolução eficaz das empresas tecnológicas chinesas, substituindo simultaneamente, a dependência da China face às tecnologias estrangeiras por produtos criados ao nível doméstico.

Neste sentido, embora globalmente dispersos, os países que têm acolhido a tecnologia da Huawei podem ser divididos entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos (Wu, Fan & Su 2021). Numa primeira instância, em 1996, a Huawei escolheu o mercado de Hong Kong como o ponto de abertura para o estrangeiro (Ahrens 2013). Ora, esta escolha não foi fortuita, pois, de acordo com o website oficial chinês *Belt and Road* (2019), Hong Kong desempenha um papel singular no âmbito da RSD. Com efeito, esta região, que possui uma longa história como ponte entre a China continental e o resto do mundo, continua a exercer tal papel pese embora atualmente por meio da RSD (*ibidem*). Deste modo, Hong Kong pode ser apelidado como a ‘porta digital da RSD’, na medida em que ajuda a exportar a tecnologia chinesa para os países participantes da FRC, facilitando a interconectividade digital entre todos (*ibidem*).

Contudo, foi em 2000 que a Huawei iniciou verdadeiramente as suas operações globais, tendo-se expandido para áreas pouco exploradas pelas empresas ocidentais, como África, o Médio Oriente, a Ásia e a América Latina (Li, Chang & Guo 2020). Porém, apesar de ter concentrado grandes investimentos nestas regiões, a Huawei viria a alargar o seu escopo inicial de oferta a economias mais desenvolvidas (Drahokoupil, McCaleb, Pawlicki & Szunomár 2017). Ilustrativo a este respeito, refira-se a realização do primeiro contrato em 2004 da Huawei na Europa (*ibidem*). Por conseguinte, em apenas três anos, a Huawei conseguiu estabelecer parcerias com as principais operadoras da Europa, como a Vodafone (*ibidem*). Porém, quando tentou expandir-se para o mercado norte-americano, a Huawei encontrou resistência por parte do Comité de Investimentos Estrangeiros dos EUA (Steinbock 2012). Todavia, em 2007, a Huawei conseguiu garantir a sua primeira cooperação com uma operadora telefónica norte-americana, a Leap Wireless.

Além disso, em 2008, quando a pressão financeira se repercutiu significativamente nos países desenvolvidos, os países emergentes perceberam aí uma oportunidade interessante para adquirirem ativos de tecnologia no estrangeiro (Huang 2019). Deste modo, com um mercado tecnológico cada vez mais competitivo, a Huawei tem procurado tornar-se atraente no setor das telecomunicações, conquistando quotas de mercado a empresas tecnológicas estrangeiras (Agbebi 2022). Para o efeito, a Huawei tem investido vastos recursos na investigação, sendo que atualmente as suas patentes de inovação representam cerca de 90% das suas patentes totais (Peng & Zhang 2021). Além disso, os fabricantes tecnológicos chineses ainda hoje dispõem de uma versatilidade que outras empresas privadas não chinesas têm. Ou seja, na prática, os fabricantes tecnológicos chineses dispõem de subsídios estatais que lhes permitem fabricar produtos a baixo custo e a preços competitivos.

Contudo, embora a Huawei busque nos países desenvolvidos conhecimento e experiência, tem sido, contudo, nos países em desenvolvimento que a empresa tem crescido com mais vigor. Percebendo o dinamismo chinês no campo digital como uma oportunidade, são vários os países em desenvolvimento que procuram, assim, estabelecer acordos com a China no âmbito da RSD (Bartlett 2023). E, apesar destes acordos não serem juridicamente vinculativos, em muitos casos, atestam um interesse global pela tecnologia chinesa (*ibidem*). A título ilustrativo, a União Africana e a China, no ano em que a RSD nasceu, emitiram uma declaração conjunta que abrangia uma vasta gama de temas, nas quais se verifica um reforço da colaboração em projetos infraestruturais e a promoção de uma cooperação mutuamente benéfica na matéria digital (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China 2021; Tugendhat & Voo 2021; Majueran 2023).

Desta feita, no âmbito da RSD, são vários os projetos de empresas chinesas que têm sido fundamentais na construção e atualização de infraestruturas de telecomunicações em África (Agbebi 2022). Aliás, países como Lesoto, África do Sul e o Quênia têm contratos com a Huawei com vista ao fornecimento de redes 5G (*ibidem*). Por conseguinte, tais redes têm contribuído para que a Huawei aumente ainda mais o seu escopo geográfico de operações a nível mundial (Tekir 2020). A título de exemplo, Myanmar, na Ásia, cuja população não tinha acesso a tecnologia móvel até 2017, estabeleceu um acordo com a Huawei para implementar as redes 5G até 2025 (Guo & Liu 2020). Ademais, a Huawei procurou também estabelecer parcerias com empresas locais no mercado cambojano, russo e sérvio para, uma vez mais, desenvolver e implementar a tecnologia 5G (Tekir 2020). Contudo, a Huawei não ficou por aqui, pois desde que a China começou a atribuir uma maior importância à cooperação tecnológica com a América Latina, que os investimentos da

gigante tecnológica na região refletiram esse aumento (Pawlicki 2015). No “Livro Branco sobre a Política da China para a América Latina e as Caraíbas”, publicado em 2016, é possível verificar que a cooperação informática é destacada como uma parte importante da relação da China com a região (The State Council of The People’s Republic of China 2015b, tradução da autora). Desta feita, atualmente não só a Huawei é a maior fornecedora de equipamentos de rede no Brasil, como, inclusive, tem ajudado o governo mexicano a edificar a maior rede pública *wifi* da América Latina (Malena 2021). De sublinhar ainda que a Huawei, juntamente com a Alibaba, assinou contratos com vista à construção de uma rede 5G em vários países da região (Malena 2021).

Além do mais, países, como Myanmar, com sistemas jurídicos menos eficientes consideram atrativo o modelo de vigilância cibernética digital utilizado por Pequim (Reuters 2022c). De acordo com Hillman e McCalpin (2019), os países que celebram acordos com a Huawei, no respeitante ao projeto *safe city*, tendem a partilhar três características: são regimes pouco liberais, situam-se na Ásia ou em África e, por norma, possuem um rendimento médio baixo. Ora, de acordo com a ONU (2012), até 2050, quase 70% das pessoas no mundo viverão em áreas urbanas, sendo que 90% do crescimento da população global é esperado na Ásia e em África. Com efeito, a crescente presença da Huawei nestes mercados pode trazer grandes benefícios comerciais e estratégicos à empresa. Isto porque, tal como visto no início deste capítulo, após os países aderirem aos equipamentos Huawei, ficam subjugados pelos altos custos de substituição dos mesmos. E, portanto, à medida que estas economias crescem, a Huawei continua a conquistar participações de mercado, a expandir a ‘visão autoritária digital’ da China (Kynge, Hopkins, Warrell & Hille 2021, p., tradução da autora) e a obter acesso a dados estrangeiros para melhorar a sua tecnologia. Neste sentido, esta realidade aponta para a aplicação da *realpolitik* ao domínio digital, na medida em que se afasta da visão de uma internet global harmonizada e baseada em valores e na conseqüente adoção de um enfoque mais pragmático na proteção e no avanço dos principais interesses de um país, neste caso da China.

Contudo, a adesão à tecnologia *safe cities* e *smart cities* não se restringe unicamente à Ásia, à América Latina e África, pois vários países na Europa também já se têm servido da mesma (Feldstein 2020). A título ilustrativo, a Huawei instalou uma rede de *software* de reconhecimento facial como parte integrante da tecnologia das *safe cities* em Belgrado (Friis & Lysne 2022). Este sistema tem a capacidade de monitorizar o comportamento das pessoas, reconhecer os seus rostos e identificar as matrículas dos seus veículos com o intuito de perceber se existem atividades suspeitas (Kynge, Hopkins, Warrell & Hille 2021). Contudo, embora o governo sérvio disponha de

uma relação cordial para com Pequim, o Secretário-Geral Adjunto no Setor dos Relatórios e Assuntos Analíticos, Zlatko Petrovic, argumentou que “está em causa uma tecnologia muito delicada que permite a monitorização da sociedade com vista à criação de uma sociedade orwelliana distópica” (*ibidem*, parágrafo 7, tradução da autora). Por outro lado, Petrovic acrescenta ainda que esta tecnologia “pode ser perigosa nas mãos de alguém que não é responsável” (*ibidem*, parágrafo 8, tradução da autora). Ora, a preocupação sentida nas palavras de Petrovic efetivamente corresponde ao que está a repetir-se um pouco por todo o mundo, incluindo em democracias ocidentais, que instalaram tecnologia de vigilância como parte dos pacotes associados às *safe cities* e *smart cities*.

Com efeito, alguns destes projetos estão, ou já estiveram, em curso em países como a Espanha, França e Alemanha (CNBC 2019b). No que respeita a Espanha, cidades como Rivas-Vaciamadrid (Huawei n.d.f) e Vila-Real fizeram acordos com a Huawei com vista à construção de cidades inteligentes. Segundo Jin Yong, representante da Huawei em Espanha, o objetivo consistia em tornar o país líder da transformação digital das cidades europeias (Xinhua 2019). Atualmente, apesar de a UE estar aos poucos a distanciar-se da tecnologia chinesa, a Espanha permanece entre os países europeus que mais equipamentos Huawei 5G consome (CEPA 2023).

Já na Alemanha, a cidade de Gelsenkirchen decidiu criar uma parceria com a Huawei e a empresa tecnológica local Gelsen-net, para implementar a primeira *smart city* do país (Huawei n.d.e). Contudo, notícias recentes, nomeadamente na Reuters (2023) e na China Daily (2023), dão conta que o governo alemão está a preparar uma revisão dos fornecedores da tecnologia 5G, nos quais se encontram a Huawei e a ZTE. O porta-voz do Ministério do Interior da Alemanha acredita que as telecomunicações alemãs não devem depender demasiado de certos fornecedores, mostrando-se preocupado com os riscos de segurança pública daí decorrentes (npr 2023). Assim, esta revisão pode levar a que a Huawei deixe de ter um mercado tão recetivo na Alemanha.

Por fim, em França, em 2017, a cidade Valenciennes assinou um acordo com a Huawei para renovar o sistema de videovigilância, cujo objetivo consistia em gerir melhor as questões de segurança pública e acelerar a transformação digital (Xinhua 2017). Neste sentido, a Huawei ofereceu gratuitamente a Valenciennes 240 câmaras inteligentes, com a capacidade de reconhecimento facial (Privacy International Organization 2017). Contudo, apesar de as autoridades municipais terem garantido que em nenhum momento este recurso foi utilizado, a parceria acabou por ser de curta duração, pois os responsáveis pela proteção de dados franceses

emitiram um alerta sobre as questões de segurança levantadas com o uso destas funcionalidades (*ibidem*).

Posto isto, quando a China se propôs a incentivar as suas empresas privadas e estatais a expandir-se, fê-lo com sucesso. Porém, a ambição de Pequim além de ser sentida na sua retórica oficial, é também reforçada por uma série de ações recentes. Uma delas consiste na organização de exposições de cidades inteligentes para promover produtos e serviços tecnológicos chineses junto de uma audiência internacional. Refira-se a título de exemplo, a *Smart City Expo* realizada em Xangai uma vez por ano (Shanghai-Intex Exhibition 2023). Outra ação, consiste na promoção das cidades inteligentes chinesas através de programas de formação e *workshops* promocionais (Yan 2020). Nos últimos anos, a China tem proporcionado um número crescente de programas de formação a funcionários e engenheiros de países em desenvolvimento (ECOSF n.d.). Estes programas incluem conteúdos especificamente dedicados às cidades inteligentes e à utilização de telecomunicações e tecnologias avançadas num ambiente urbano.

Ademais, em 2018, a China liderou a formação de uma aliança internacional de crédito social em nome da FRC, que visa a construção de uma plataforma de partilha de informações de carácter económico entre os demais países participantes (Yan 2020). Esta aliança conta com a participação da Arábia Saudita, Mongólia, Tailândia e Myanmar (*ibidem*). Contudo, ainda é cedo para dizer como a iniciativa se irá desenvolver e quais serão as suas implicações a longo prazo, pese embora seja claro que esta é mais uma forma da China procurar expandir a sua influência global.

Em suma, a crescente expansão da Huawei, principalmente nos países em desenvolvimento, está conectada à motivação de Pequim em utilizar a tecnologia como um instrumento de política externa chinesa. Esta realidade criou dissabores na relação sino-americana, levando a Huawei a sofrer uma série de sanções por parte do Ocidente. Desta forma, nas próximas linhas abordaremos os conflitos diplomáticos em que a Huawei se vê envolvida.

3.3. A Huawei no centro de conflitos diplomáticos

Desde que a Huawei se tem vindo a expandir para além da China, a relação com os EUA e os respetivos aliados começou a assumir contornos antagónicos. Assim, se antes as redes económicas pareciam construir mercados e suavizar fricções entre diferentes atores, atualmente já não é assim. Entretanto, as redes globais parecem ser menos um prenúncio da eficiência do

mercado e mais um meio para os estados alcançarem vantagens estratégicas (Farrell & Newman 2019) tal como a *digitalpolitik* preconiza. Com efeito, ao passo que empresas como a Huawei começaram a construir e a participar nestas redes, tornaram-se, ao mesmo tempo, numa ameaça aos interesses americanos (*ibidem*).

Dito isto, o despoletar do primeiro episódio polémico relativamente à Huawei remonta a 2012, ano em que a gigante empresa tecnológica foi incluída na lista de possíveis ameaças à segurança dos EUA (U.S House of Representatives 2012). Esta ação foi justificada pela desconfiança de que a Huawei andava a partilhar dados confidenciais com o governo chinês, através de falhas de segurança propositadas nos seus equipamentos tecnológicos (Donahue 2020). Apesar de posteriormente a administração de Obama ter revelado que não encontrou evidências suficientes destas suspeitas, esta posição mais assertiva dos EUA, para com as empresas chinesas, já era de esperar. Isto porque, na preparação para as eleições presidenciais americanas em 2012, nos debates entre Barack Obama e Mitt Romney, era comum ouvir os candidatos a disputar quem seria mais firme a fazer frente à China (Chung & Mascitelli 2015). Desta feita, a crescente penetração económica chinesa e as suspeitas de espionagem, levou à progressiva rejeição americana da Huawei. De acordo com Mei (*apud* Chung & Mascitelli 2015) “temendo que a China desafiasse a sua hegemonia, os EUA têm dado um golpe atrás do outro aos fabricantes chineses de equipamento de telecomunicações. Como resultado, Huawei e ZTE não podem funcionar livremente no mercado dos EUA” (tradução da autora, p. 8).

Posteriormente, quando Donald Trump assumiu a presidência dos EUA, a posição americana contra a Huawei tornou-se ainda mais evidente. Isto é, a China e os EUA embarcaram numa guerra comercial onde a tecnologia ocupa um papel significativo. E, portanto, numa altura em que as redes 5G apareceram como uma das principais inovações do século, a perda da sua liderança para a China significaria para os EUA um decréscimo da sua hegemonia tecnológica. Deste modo, através da sua influência junto dos aliados, os EUA procuraram combater a expansão das redes 5G da Huawei. Por outras palavras, sendo a Huawei uma empresa apoiada pelo governo chinês, tornar-se-ia altamente improvável se os seus interesses não colidissem diretamente com os dos EUA.

Em março de 2018, Donald Trump assinou um memorando no qual se comprometeu a apresentar uma queixa contra a China junto da OMC, por práticas comerciais desleais (Administration of Donald J. Trump 2018). Com esta ação, a Casa Branca procurou restringir o investimento chinês em setores tecnológicos (Office of the United States Trade Representative

2018). A partir daqui, uma série de ameaças, retaliações e anúncios de novas tarifas sobre sectores-chave e importações foram desencadeadas por ambos os países. Por conseguinte, no auge da guerra comercial em 2019, a presidência Trump assinou uma declaração (ordem executiva 13636) de emergência nacional para tecnologias de informação e comunicação (The Trump White House 2019). O objetivo desta declaração consistiu em impedir que as empresas americanas fizessem parcerias com fornecedores tecnológicos que colocassem em risco a segurança nacional (*ibid.*). A administração Trump justificou esta decisão com base na premissa de que o governo chinês realizava espionagem através dos sistemas da Huawei, representando assim uma série de perigos para a segurança dos EUA (Seoane, Miranda, Goset & Marzá 2021).

Destarte, a Casa Branca iniciou inúmeras ofensivas à Huawei, que englobam a prisão da filha Meng Wanzhou do fundador Ren Zhengfei no Canadá, a acusação de fraude bancária e de furto de documentos oficiais por parte da empresa e, ainda, a restrição dos portos logísticos da empresa em solo americano (Congressional Research Service 2021). Ao todo as acusações formais feitas pela Casa Branca à Huawei ascenderam a 23, tendo sido acompanhadas por uma grande pressão pública para que outros países também investigassem e proibissem relações comerciais com a mesma. Tal veio a confirmar-se efetivamente com países como a Austrália, a Nova Zelândia, o Japão e o Reino Unido que seguiram essas indicações vindas pelos EUA (Geraldes 2020). Mais recentemente, em 2023, o governo alemão também declarou que está a preparar uma revisão dos fornecedores de tecnologia 5G, a Huawei e a ZTE, mostrando-se preocupado com os riscos de segurança pública (Schmitz 2023; Reuters 2023). Ademais, Mateus Morawiecki, Primeiro-ministro da Polónia, também se pronunciou relativamente à presença da Huawei na Europa, pedindo que esta apoiasse a América no respeitante ao 5G, alertando contra a possível influência de regimes autoritários por meio da Huawei (Morawiecki 2020). Por outro lado, ainda na Polónia, um dos funcionários da Huawei foi preso por conduzir atividades de espionagem e quebrar a lei polaca (Pronczuk & Yang 2019). Tendo isto em conta, a Huawei rescindiu o contrato de trabalho do dito funcionário, alegando que estas ações não tinham qualquer tipo de relação com a empresa (*ibidem*). Contudo, apesar da investigação não ter sido visada à Huawei, estas acusações ficaram vinculadas à imagem da empresa.

Desta forma, é possível concluir que os EUA tiveram uma influência preponderante na decisão de limitar e/ou restringir as operações da Huawei noutros países. Contudo, numa altura

em que a China está a tornar-se mais assertivo¹⁹ a nível mundial, é natural que a inquietação por parte do Ocidente tenda a aumentar. Existe assim, um receio de que as tecnologias Huawei sejam utilizadas para espiar e influenciar os países terceiros a adotar um modelo tecnológico com implicações autoritárias. Neste sentido, os EUA têm demonstrado prontidão em expor casos como o da África do Sul, em que existem suspeitas de uma tentativa de implementação do modelo de governação autoritária digital da China, baseado no controlo cibernético e monitorização social (USA Congress Gov 2023). Com efeito, um grupo de legisladores dos EUA publicou uma resolução em que aborda as relações estreitas da África do Sul com Pequim (*ibidem*). No documento, para além de ser possível observar um claro desassossego com o acolhimento do governo sul africano nos exercícios militares da China e da Rússia, é possível entender que a crescente presença chinesa no setor tecnológico no país suscita muitas preocupações. Este caso está longe de ser o único na medida em que os países em que é possível encontrar tecnologia Huawei são signatários da FRC e, por conseguinte, da RSD (Council on Foreign Relations. n.d). Ademais, quando alguns destes países, sobretudo os mais pobres, não apresentam condições monetárias para abrigar esta tecnologia suscetível de criar um modelo mais autoritário, nesse caso a China concede maior facilidade de empréstimos para cobrir os custos de implementação das mesmas (Flemming 2020).

Não obstante, a China não é a única suspeita de utilizar a tecnologia como um instrumento de espionagem. Edward Snowden, ex-funcionário da CIA e da NSA, acusou os EUA de violarem os direitos de privacidade dos cidadãos americanos, bem como o direito internacional (Constitutional Rights Foundation 2016). Através das fugas de informação de Snowden, veio a público o facto de o Presidente George W. Bush ter autorizado a NSA a recolher dados telefónicos de praticamente todos os americanos (*ibidem*). Além disso, os documentos que Snowden expôs revelaram que a NSA recolheu dados confidenciais, como transações em sites comerciais, registos de saúde e financeiros e a localização de indivíduos por GPS. Snowden também revelou o programa PRISM²⁰ da NSA, que recolhia conteúdos como e-mails, fotografias, entre outros dados, dos servidores de empresas²¹. Contudo, este programa de vigilância estava limitado a indivíduos que partilhassem

¹⁹ Um dos acontecimentos que demonstra esta assertividade, consiste na visita de Xi Jinping a Moscovo em Março de 2023, numa altura em que a Rússia prossegue há mais de um ano as hostilidades militares face à Ucrânia (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China 2023). Assim, se antes Pequim procurou ter uma posição ambígua relativamente à guerra, agora já sinaliza mais o seu apoio face à Rússia (Campbell 2023).

²⁰ O PRISM consiste num programa ao abrigo do qual a NSA recolhe uma ampla gama de dados digitais de várias empresas norte-americanas que trabalham com a Internet (The Washington Post 2013).

²¹ Facebook, Youtube, Skype, Microsoft, Google, Apple, Yahoo, AOL e Paltalk.

conteúdos com um suspeito de terrorismo. Por fim, Snowden também denunciou a espionagem de que os países aliados dos EUA eram reféns, através do controlo de chamadas telefónicas.

Face ao exposto, quer a China, quer os EUA, recorreram, e recorrem, a ações de vigilância e à inerente violação de dados para maximizar o seu poder. Portanto, atendendo-se às circunstâncias deste conflito de interesses, não se olham a meios para atingir fins tal como advoga a *digitalpolitik*. Por outras palavras, o facto dos EUA perceberem a China como uma potencial ameaça e competidor em muitos domínios, incluindo a inovação tecnológica (Bateman 2022), levou a Casa Branca a promover inúmeras restrições à Huawei. Assim, ao priorizarem unicamente os seus interesses, os estados acabam por ter comportamentos semelhantes entre si, na medida em que se espiam uns aos outros e não respeitam, na prática, uma lógica que eles próprios advogam.

Conclusão

A presente dissertação procurou investigar o papel da Huawei enquanto instrumento de política externa do governo chinês no âmbito da Rota da Seda Digital para consolidar o seu poder. Para o efeito, a *digitalpolitik* revelou-se essencial para a compreensão da forma como a Huawei tem contribuído para satisfazer os interesses económicos, políticos e estratégicos da China. Neste sentido, consideramos relevante a investigação desta temática pelo facto de a Rota da Seda Digital ser a mais recente no âmbito da Faixa e Rota Chinesa, existindo, por conseguinte, pouca pesquisa sobre a pertinência deste corredor digital comparativamente com os restantes corredores terrestres e marítimos. Da mesma forma, a Huawei tem sido acusada de espionagem desde o início dos anos 2000, contudo estas acusações ganharam, mais recentemente, um novo ímpeto no cenário internacional no que concerne ao desenvolvimento das redes 5G.

Com efeito, a escolha da *digitalpolitik* como instrumento analítico face a outras possíveis abordagens deve-se ao facto de esta possuir um enfoque predominantemente digital, caro à nossa investigação. Por outro lado, uma outra razão que explica a mais-valia da *digitalpolitik*, tem que ver com o facto de os estados recorrerem a ações por vezes desprovidas de ética, com o intuito de maximizarem os seus ganhos. Neste sentido, a *digitalpolitik* oferece uma perspetiva mais realista no que concerne ao uso da Internet, quer pelos estados, quer por outros atores, quando comparada com a *netpolitik*. Por outras palavras, enquanto a visão da *netpolitik* se articula, sobretudo, em torno do livre comércio e da liberdade de navegação na internet, ao invés, a *digitalpolitik* não vê inconveniente ético em restringir o livre fluxo de informação, aproveitando-o inclusive para fins civis e/ou militares, com vista a maximizar o interesse e poder de atores estatais ou privados. Ora, é precisamente este carácter amoral inerente à prossecução dos objetivos de determinados estados que explica que os postulados da *netpolitik* estejam cada vez mais obsoletos e desadequados face à realidade. Face ao exposto, e à guisa de síntese, a *digitalpolitik* foi essencial para entendermos as ramificações da expansão global da Huawei, bem como a forma como esta complementa a estratégia mais ampla da China para monitorizar o comportamento dos seus cidadãos não só do ponto de vista doméstico, como inclusive externo, por meio da exportação deste tipo de equipamento.

Dito isto, é possível enumerar as principais conclusões a que chegamos, decorrentes da pergunta de investigação inicialmente colocada: *Que contornos têm caracterizado a ligação entre a Huawei e a Rota da Seda Digital desde o seu lançamento no quadro da política externa chinesa?* Uma conclusão importante da nossa investigação aponta para o facto de que a expansão global

da Huawei, através do impulsionamento dado pela Rota da Seda Digital, é percebida como uma das estratégias da China para se tornar um líder digital global, procurando, assim, aumentar a sua influência tecnológica em outros países e regiões do mundo. Por outras palavras, o projeto da Rota da Seda Digital (lançado em 2015) ajuda à construção de uma ordem digital (mais) sinocêntrica em detrimento da atual ordem ocidental. Por conseguinte, ao expandir-se para áreas geralmente negligenciadas pelas congéneres ocidentais, a Huawei contribui para a criação de uma dependência tecnológica dos países consumidores relativamente à China. Neste sentido, a Huawei tem desempenhado um papel importante no fornecimento de tecnologia aos países em desenvolvimento, na Ásia, África e na América Latina. Ilustrativo a este respeito, Myanmar, cuja população não tinha acesso a tecnologia móvel até 2017, estabeleceu acordos com a Huawei para implementação das redes 5G até 2025.

Uma outra conclusão importante a retirar desta investigação, tem que ver com o facto de que apesar de não promover o autoritarismo digital na sua retórica oficial, a China tem, contudo, vindo a exportar tecnologia suscetível de violar a liberdade e privacidade dos indivíduos e sociedades. De facto, como vimos, empresas como a Huawei tendem a exportar modelos e técnicas sofisticadas de censura aos comportamentos na China, paulatinamente para países onde nem sempre vigora um regime democrático de estilo ocidental. Deste modo, a Huawei pode ser considerada um ator híbrido, pois se por um lado serve propósitos civis, por outro também visa satisfazer fins militares condizentes com os interesses de Pequim. Por conseguinte, a tecnologia Huawei pode ser instrumentalizada enquanto meio de censura e de controlo para regimes que, à semelhança da China, não comungam de uma visão ocidentalizada da democracia, exercendo, na prática, ações de repressão contra os seus cidadãos.

Do acima exposto decorre outra conclusão importante no âmbito da presente dissertação, que de seguida apresentamos. A expansão das empresas chinesas como a Huawei, no âmbito da Rota da Seda Digital, deve ser vista como parte da estratégia de Pequim em aumentar a capacidade de monitorização do comportamento dos cidadãos chineses. Note-se, a este respeito, que o governo chinês tem utilizado sistemas de vigilância, como o Sistema de Crédito Social e os projetos *safe cities* e *smart cities*, para vigiar e prevenir comportamentos ‘desviantes’ na sociedade chinesa. No entendimento de Xi Jinping, estes sistemas de vigilância visam promover valores confucionistas num momento em que a China acusa a globalização (que intitula de ocidental) de perverter a virtude chinesa; manter a ordem social; e evitar protestos e/ou dissidência política.

Na prática, ao impulsionar a expansão das empresas privadas e/ou públicas chinesas, Pequim permite que estas participem em atividades coletivas de pesquisa e desenvolvimento, no âmbito das quais adquirem competências para o fabrico de produtos e prestação de serviços de maior qualidade. Consequentemente, ao fazê-lo, Pequim procura substituir a dependência da China face às tecnologias estrangeiras por produtos cada vez mais sofisticados de origem doméstica, como é o caso dos sistemas de vigilância *made in China*.

Outra conclusão da nossa investigação é a de que os estados se focam predominantemente na adoção de abordagens pragmáticas e estratégicas com vista à promoção dos seus interesses através da esfera digital, tal como a *digitalpolitik* preconiza. Como vimos, apesar de os Estados Unidos condenarem as atividades de vigilância da China por meio da Huawei, Washington acaba, paradoxalmente, por manifestar um comportamento semelhante ao espiar não só os seus cidadãos, como também os seus aliados. Existe, por conseguinte, uma clara falta de transparência relativamente ao uso de tecnologia de vigilância inclusive em democracias ocidentais, pois, embora os estados façam publicamente a apologia da ética, violam-na não raras vezes em nome dos seus interesses.

Por fim, outra conclusão importante deste estudo consiste no facto de que, da mesma forma que Pequim não encara a sociedade civil como um setor não-governamental, também não permite que as empresas privadas chinesas, como a Huawei, sejam verdadeiramente independentes. Ou seja, pese embora algumas empresas chinesas possam ser oficialmente registadas como privadas, o governo chinês exerce uma forte ingerência sobre as mesmas. Desta feita, quer as empresas públicas, quer as empresas privadas na China, estão sujeitas à interferência política, económica e estratégica por parte do governo chinês. Pese embora, empresas como a Huawei neguem a participação do PCC na sua gestão, existem, contudo, indícios factuais, como demonstramos ao longo da dissertação, de uma pressão frequente por parte do governo para que estas colaborem em questões de segurança nacional.

Desta forma, por meio da interdependência entre a Rota da Seda Digital e a Huawei, a China tem vindo a alargar a sua influência política e económica a outros estados, garantindo simultaneamente o acesso a recursos e mercados estratégicos em todo o mundo. Não obstante o tópico de análise ser interessante e promissor, importa reconhecer que a falta de informação existente sobre as relações entre o governo chinês e as empresas tecnológicas privadas dificultou a análise do papel e da influência de Pequim nas atividades da Huawei. Apesar destas limitações empíricas, explicadas em parte pela falta de transparência e/ou natureza confidencial de

determinadas informações, foi ainda assim possível contornar alguns destes obstáculos através de uma complementaridade entre análise crítica de fontes documentais confiáveis e as informações oficiais disponibilizadas sobre o tema.

Dito isto, consideramos que futuros trabalhos acerca desta matéria podem e devem aprofundar a interdependência entre a Rota da Seda Digital e a Huawei, nomeadamente no que concerne às estratégias e implicações da exportação de tecnologia chinesa de vigilância para outros países. Por outro lado, seria igualmente interessante que futuras investigações explorassem as implicações geopolíticas da inteligência artificial que, no caso da China, se afigura potencialmente desafiadora e disruptiva face à segurança doméstica e global.

Bibliografia

Fontes Primárias:

- Administration of Donald J. Trump. 2018. "Memorandum on Actions by the United States Related to the Section 301 Investigation of China's Laws, Policies, Practices, or Actions Related to Technology Transfer, Intellectual Property, and Innovation". Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/DCPD-201800180/pdf/DCPD-201800180.pdf>
Acesso: 02/05/2023
- BBC News. 2011. "China overtakes Japan as world's second-biggest economy". Disponível em: <https://www.bbc.com/news/business-12427321> Acesso: 04/02/2023
- Belt and Road Portal. 2017. "Joint communique of leaders roundtable of Belt and Road forum". Disponível em: <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/zchj/qwfb/13694.htm> Acesso: 01/03/2023
- Belt and Road. 2019. "Hong Kong: The Digital Silk Road Super-Hub". Disponível em: <https://beltandroad.hktdc.com/en/insights/hong-kong-digital-silk-road-super-hub> Acesso: 10/12/2022
- China Daily. 2023. "German way and Huawei are not incompatible: China Daily editorial". Disponível em: <https://www.chinadaily.com.cn/a/202303/08/WS64086b63a31057c47ebb322e.html>
Acesso: 15/02/2023.
- China Law Translate. 2022. "Law of the PRC on the Establishment of the Social Credit System (Draft Released for Solicitation of Public Comments)". Disponível em: <https://www.chinalawtranslate.com/en/social-credit-law/> Acesso: 15/02/2023
- China Policy. 2017. "China Going Global between ambition and capacity". Disponível em: <https://policycn.com/wp-content/uploads/2017/05/2017-Chinas-going-global-strategy.pdf> Acesso: 17/04/2023
- Chinese People's Institute of Foreign Affairs. n.d. "Jointly Build a Community with a Shared Future in Cyberspace and Create a Brighter Future in the Digital Era". Disponível em: <http://www.cpifa.org/en/cms/book/365> Acesso: 09/12/2022
- CNBC. 2019a. "China is building a 'comprehensive system' for tracking companies' activities, report says". Disponível em: <https://www.cnbc.com/2019/09/04/china-plans-for-corporate-social-credit-system-eu-sinolytics-report.html> Acesso: 24/03/2023
- CNBC. 2019b. "China's surveillance tech is spreading globally, raising concerns about Beijing's influence" Disponível em: <https://www.cnbc.com/2019/10/08/china-is-exporting-surveillance-tech-like-facial-recognition-globally.html> Acesso: 11/02/2023
- CNET. 2020. "How China uses facial recognition to control human behavior". Disponível em: <https://www.cnet.com/news/politics/in-china-facial-recognition-public-shaming-and-control-go-hand-in-hand/> Acesso: 09/02/2023
- CNN Politics. 2022. "CNN Exclusive: FBI investigation determined Chinese-made Huawei equipment could disrupt US nuclear arsenal communications". Disponível em: <https://edition.cnn.com/2022/07/23/politics/fbi-investigation-huawei-china-defense-department-communications-nuclear/index.html> Acesso: 01/04/2023
- Congressional Research Service. 2021. "Huawei and U.S. Law". Disponível em: <https://sgp.fas.org/crs/misc/R46693.pdf> Acesso: 03/04/2023
- Copenhagen Economics. 2022. "The Economic Contribution of Huawei in Europe in the year 2021". Disponível em: https://copenhageneconomics.com/wp-content/uploads/2022/10/Copenhagen-Economics-The-economic-contribution-of-Huawei-in-Europe-2021_final_11Oct.pdf Acesso: 02/04/2023

- Constitutional Rights Foundation. 2016. "Edward Snowden, The NSA, and Mass Surveillance".
Disponível em: https://www.crf-usa.org/images/pdf/gates/snowden_nsa.pdf Acesso: 24/03/2023
- Consulate-General of the People's Republic of China in Chicago. 2017.
Disponível em: http://chicago.china-consulate.gov.cn/eng/lgxx/zlsjh/201705/t20170501_5496263.htm Acesso: 22/03/2023
- Council on Foreign Relations. n.d. "Assessing China's Digital Silk Road Initiative". Disponível: <https://www.cfr.org/china-digital-silk-road/> Acesso: 23/03/23
- East Asia Forum. 2023. "China's social credit system as method". Disponível em: <https://www.eastasiaforum.org/2023/03/22/the-social-credit-system-as-method/> Acesso: 22/03/2023
- ECOSF. n.d. "4th Joint Training Program on Science, Technology & Innovation Policy and Instruments for Sustainable Development for the Belt and Road Countries". Disponível: <http://ecosf.org/4th-Joint-Training-1> Acesso: 10/05/2023
- EIKLEAF. 2021. "Portugal plans to double its territory". Disponível em: <https://www.eikleaf.com/portugal-plans-to-double-its-territory/> Acesso: 25/03/2023
- Embassy Of The People's Republic of China in The Republic of Cyprus. 2011. "Stick to the path of peaceful development". Disponível em: http://cy.china-embassy.gov.cn/eng/jrzg/201104/t20110418_3122669.htm Acesso: 03/01/2023
- Embassy of the People's Republic of China in The Republic Sierra Leone. 2019. "China and the World in the New Era". Disponível em: http://sl.china-embassy.gov.cn/eng/zt_1/newera/ Acesso: 03/01/2023
- European Union Chamber of Commerce in China. 2019. "The Digital Hand: How China's Corporate Social Credit System Conditions Market Actors". Disponível em: https://www.sinolytics.info/wp-content/uploads/2021/05/Sinolytics_The-Digital-Hand-How-Chinas-Corporate-Social-Credit-System-Conditioms-Market-Actors.pdf Acesso: 29/03/2023
- European Values Center for Security Policy. 2020. "Red Watch Report: Huawei's Geostrategic Role". Disponível em: https://www.europeanvalues.cz/wp-content/uploads/2020/11/Huaweis_Geostrategic_Role.pdf Acesso: 02/04/2023
- Euronews. 2021. "Should citizens in Belgrade be concerned by newly installed surveillance cameras?". Disponível em: <https://www.euronews.com/my-europe/2021/07/09/should-citizens-in-belgrade-be-concerned-by-newly-installed-surveillance-cameras> Acesso: 02/01/2023
- FBI. 2015. "Huawei: A Chinese Government-subsidized Telecommunications Company". Counterintelligence Strategic Partnership Intelligence Note (spin). Disponível em: <https://info.publicintelligence.net/FBI-Huawei.pdf> Acesso: 09/12/2022
- FBI. 2019. "FBI, This Week: Trade Secret Theft Protection and Prevention Safeguards". Disponível em: <https://www.fbi.gov/audio-repository/ftw-podcast-trade-secret-theft-prevention-huawei-013119.mp3/view> Acesso 10/12/2022
- Feldstein, S. 2020. "Testimony before the U.S.- China Economic and Security Review Commission Hearing on China's Strategic Aims in Africa". Disponível: https://www.uscc.gov/sites/default/files/Feldstein_Testimony.pdf Acesso: 07/05/2023
- Financial Times. 2019. "Is Huawei compelled by Chinese law to help with espionage?" Disponível em: <https://www.ft.com/content/282f8ca0-3be6-11e9-b72b-2c7f526ca5d0> Acesso: 15/01/2023
- Forbes. 2019. "Confirmed: Google Terminated Project Dragonfly, Its Censored Chinese Search Engine". Disponível em:

- <https://www.forbes.com/sites/jeanbaptiste/2019/07/19/confirmed-google-terminated-project-dragonfly-its-censored-chinese-search-engine/?sh=2cfdaaff7e84> Acesso: 15/12/2022
- Freeman Spogli Institute for International Relations. 2007. "Introduction to the Cultural Revolution". Disponível em: <https://fsi9-prod.s3.us-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/CRintro.pdf> Acesso: 20/12/2022
- GIS Report. 2020. "Beidou: Assessing China's alternative to GPS" Disponível em: <https://www.gisreportsonline.com/r/chinese-navigation-system/> Acesso: 04/01/2023
- Global Times. 2022. "China-Mongolia ties to embrace greater potentials from infrastructure to trade under China's BRI and Mongolia's Steppe Road Program: envoy". Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202210/1277101.shtml> Acesso: 15/03/2023
- Huawei. n.d.a "Who owns Huawei?" Disponível em: <https://www.huawei.com/my/facts/question-answer/who-owns-huawei> Acesso: 15/03/2023
- Huawei. n.d.b "Smart City Solution Service" Disponível em: <https://e.huawei.com/en/solutions/services/smart-city> Acesso: 28/02/2023
- Huawei. n.d.c "The IoT Heralds a Healthy, Holistic Smart City" Disponível em: <https://e.huawei.com/en/ict-insights/global/ict-new-horizons-podcasts/Interviews/edwin-smart-city-iot> Acesso: 05/01/2023
- Huawei. n.d.d "Our Company". Disponível em: <https://www.huawei.com/en/corporate-information> Acesso: 02/04/2023
- Huawei. n.d.e "Gelsenkirchen: A Small, Smart City with Big Plans". Disponível em: <https://e.huawei.com/en/case-studies/global/2017/201709071445> Acesso: 29/03/2023
- Huawei. n.d.f "Spain's Rivas-Vaciamadrid Enhances Smart City 'Nervous System' Functions with Huawei eLTE Broadband Solution". Disponível em: <https://e.huawei.com/topic/leading-new-ict-ua/spain-rivas-vaciamadrid-smart-city-case.html> Acesso: 03/02/2023
- Huawei. 2019a. "Huawei's Founder Ren Zhengfei: Huawei will never provide government with customer information". Disponível em: <https://www.huawei.com/nl/facts/voices-of-huawei/interview-with-ren-zhengfei> Acesso em: 28/03/2023
- Huawei. 2019b. "Safe then Smart: The Stages & Drivers of Safe Cities" Disponível em: <https://blog.huawei.com/2019/08/26/safe-then-smart-the-stages-drivers-of-safe-cities/> Acesso: 28/30/02/2023
- Huawei. 2020. "The early years". Disponível em: <https://huawei.eu/story/early-years> Acesso: 10/02/2023
- Huawei. 2021. "EU Ranks Huawei as the World's 2nd Highest Investor in R&D". Disponível em: <https://www.huawei.com/en/news/2021/12/european-commission-huawei-investor> Acesso: 01/05/2023
- Information Technology & Innovation Foundation. 2021. "New ITIF Report Calls for U.S. Doctrine of 'Digital Realpolitik' to Maintain Global Leadership in Critical Information Technologies". Disponível em: <https://itif.org/publications/2021/01/19/new-itif-report-calls-us-doctrine-digital-realpolitik-maintain-global/> Acesso: 11/12/2022
- Institut Montaigne. 2021. "Influence without Ownership: the Chinese Communist Party Targets the Private Sector". Disponível em: <https://www.institutmontaigne.org/en/expressions/influence-without-ownership-chinese-communist-party-targets-private-sector> Acesso: 02/04/2023.
- Japan Institute of International Affairs. 2019. "China's Foreign Policy and Other Countries' China Policies". Strategic Annual Report Disponível em: https://www2.jiia.or.jp/en/pdf/strategic_annual_report/chapters/JIIA-

- Strategic%20Annual%20Report-2019-04-China_s%20Foreign%20Policy%20and%20Other%20Countries%20China%20Policies.pdf
Acesso: 23/12/2022
- Kaska, Kadri, Henrik Beckvard & Tomáš Minárik. 2019. "Huawei, 5G and China as a Security Threat." *NATO Cooperative Cyber Defence Centre of Excellence*. Tallinn, Estónia 1-26. Disponível em: <https://ccdcoe.org/uploads/2019/03/CCDCOE-Huawei-2019-03-28-FINAL.pdf> Acesso: 13/12/2022
- Law & Intellectual Property. 2021. "Name and Shame as a popular practice in China". Disponível em: <https://www.hfgip.com/news/name-and-shame-popular-practice-china> Acesso: 13/12/2022
- Law of China. 2015. "National Security Law of the People's Republic of China". Disponível em: <http://lawinfochina.com/display.aspx?id=19663&lib=law> Acesso: 13/04/2023
- Law of China. 2017. "National Intelligence Law of the People's Republic of China". Disponível em: <http://www.lawinfochina.com/display.aspx?id=23733&lib=law> Acesso: 13/04/2023
- Mercator Institute for China Studies. 2019. "The Party leads on everything China's changing governance in Xi Jinping's new era". Disponível em: <https://merics.org/en/report/party-leads-everything> Acesso: 04/03/2023
- Mercator Institute for China Studies. 2021. "China's Social Credit System in 2021: From fragmentation towards integration". Disponível em: <https://merics.org/sites/default/files/2022-05/MERICS-China-Monitor67-Social-Credit-System-final-4.pdf> Acesso: 10/01/2023
- Mercator Institute for China Studies. 2022. "China's Social Credit System in 2021: From fragmentation towards integration". Disponível em: <https://merics.org/en/report/chinas-social-credit-system-2021-fragmentation-towards-integration> Acesso: 11/04/2023
- Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. n.d. "China entered into diplomatic relations with independent former Soviet republics". Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/ziliao_665539/3602_665543/3604_665547/200011/t20001117_697835.html Acesso: 03/02/2023
- Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. 2015. "Declaration of the Johannesburg Summit of the Forum on China-Africa Cooperation". Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/2649_665393/201512/t20151210_679428.html Acesso: 01/05/2023
- Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. 2023. "Xi Jinping Arrives in Moscow for State Visit to Russia". Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx_662805/202303/t20230320_11045307.html Acesso: 20/03/2023
- Modern Diplomacy. 2023. "Russia and its European Partners Dream of Building Businesses from Lisbon to Vladivostok" Disponível em: <https://moderndiplomacy.eu/2023/03/11/russia-and-its-european-partners-dream-of-building-businesses-from-lisbon-to-vladivostok/> Acesso: 11/03/2023
- MPAs Europe. n.d. "MPAs in Portugal". Disponível em: <https://www.mpas-europe.org/overview> Acesso: 22/03/2023
- Nikkei Asia. 2019. "China exports AI surveillance tech to over 60 countries: report". Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Business/China-tech/China-exports-AI-surveillance-tech-to-over-60-countries-report> Acesso: 25/03/2023
- Nikkei Asia. 2021. "Full text of Xi Jinping's speech on the CCP's 100th anniversary". Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Politics/Full-text-of-Xi-Jinping-s-speech-on-the-CCP-s-100th-anniversary> Acesso 02/01/2023

- Nikkei Asia. 2022. "China's companies rewrite rules to declare Communist Party ties". Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Business/Companies/China-s-companies-rewrite-rules-to-declare-Communist-Party-ties> Acesso: 22/03/2023
- Npr. 2023. "Germany moves toward restrictions on Huawei, as Europe sours on China". Disponível em: <https://www.npr.org/2023/03/08/1154315168/germany-china-huawei-restrictions> Acesso: 08/03/2023
- Office of the United States Trades Representative. 2018. "USTR Issues Tariffs on Chinese Products in Response to Unfair Trade Practices". Disponível em: <https://ustr.gov/about-us/policy-offices/press-office/press-releases/2018/june/ustr-issues-tariffs-chinese-products> Acesso: 05/05/2023
- One Belt One Road Europe. n.d. "The New Silk Road Corridors". Disponível em: <https://www.oboreurope.com/en/beltandroad/one-belt/> Acesso: 03/03/2023
- ONU. 2012. "Africa and Asia to lead urban population growth in next 40 years – UN report". Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2012/04/408132> Acesso: 23/11/2022
- ONU. 2015. "ONU afirma que nova lei de segurança chinesa é muito ampla e vaga". Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2015/07/1517521> Acesso: 13/04/2023
- Privacy International Organization. 2017. "Mapping Huawei's Smart Cities creep". Disponível em: <https://privacyinternational.org/long-read/4689/mapping-huaweis-smart-cities-creep> Acesso: 01/05/2023
- Reuters. 2015. "China parliament ratifies BRICS Bank agreement". Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-china-brics-banking-idUSKCNOPB3H020150722> Acesso: 23/02/2023
- Reuters. 2016. "Mongolia to pitch railway projects to China-backed AIIB - govt adviser". Disponível em: <https://www.reuters.com/article/mongolia-railways-idUSL3N1BW2KQ> Acesso: 23/02/2023.
- Reuters. 2018. "Alibaba's Jack Ma is a Communist Party member, China state paper reveals". Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-alibaba-jack-ma-idUSKCN1NW073> Acesso: 01/04/2023
- Reuters. 2019. "RPT-China's Huawei in unprecedented media blitz as it battles heightened scrutiny". Disponível em: <https://www.reuters.com/article/usa-china-huawei-media-idCNL3N1ZL3NF> Acesso: 03/04/2023
- Reuters. 2022a. "Attacks on Taiwan websites likely work of Chinese 'hacktivists' – researchers". Disponível em: <https://www.reuters.com/world/attacks-taiwan-websites-likely-work-chinese-hacktivists-researchers-2022-08-02/> Acesso: 11/11/2022
- Reuters. 2022b. "Taiwan defence ministry: Website hit by cyber attacks amid China tensions". Disponível em: <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/taiwan-defence-ministry-website-hit-by-cyber-attacks-amid-china-tensions-2022-08-04/> Acesso: 11/11/2022
- Reuters. 2022c. "Exclusive: Myanmar's junta rolls out Chinese camera surveillance systems in more cities". Disponível em: <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/exclusive-myanmars-junta-rolls-out-chinese-camera-surveillance-systems-more-2022-07-10/> Acesso: 18/03/2023
- Reuters. 2023. "Germany could ban China's Huawei, ZTE from parts of 5G networks - source". Disponível em: <https://www.reuters.com/technology/germany-set-ban-chinas-huawei-zte-parts-5g-networks-source-2023-03-07/> Acesso: 18/03/2023
- Shanghai Intex Exhibition. 2023. "Smart City Expo Shanghai". Disponível em: <http://www.shanghai-intex.com/en/smartcityexpo.html> Acesso: 15/03/2023

- Silk Road Briefing. 2023. "Mongolia, China and Russia at the Centre of a New Multipolarity". Disponível em: <https://www.silkroadbriefing.com/news/2023/03/06/mongolia-china-and-russia-at-the-centre-of-a-new-multipolarity/> Acesso: 07/03/2023.
- South China Morning Post. "2014 World's longest rail route to boost China-Spain trade". Disponível em: <https://www.scmp.com/business/china-business/article/1660256/worlds-longest-rail-route-boost-china-spain-trade> Acesso: 21/04/2023
- Statista. 2022. "Security – China". Disponível: <https://www.statista.com/outlook/dmo/smart-home/security/china> Acesso: 20/03/2023
- Sky News. 2019. "Sky Views: Huawei's 5G network could be used for spying – while the West is asleep at the wheel". Disponível em: <https://news.sky.com/story/sky-views-huaweis-5g-network-could-be-used-for-spying-while-the-west-is-asleep-at-the-wheel-11695739> Acesso: 23/01/2023
- Tableau. n.d. "Big Data Analytics: What It Is, How It Works, Benefits, and Challenges". Disponível em: <https://www.tableau.com/learn/articles/big-data-analytics> Acesso: 20/01/2023
- The Economic and Social Commission for Asia and the Pacific. 2022. "Strengthening capacity for operationalizing sustainable transport connectivity along the China-Central Asia-West Asia Economic Corridor to achieve the 2030 Agenda". Study Report. Disponível em: <https://www.unescap.org/kp/2022/strengthening-capacity-operationalizing-sustainable-transport-connectivity-along-china> Acesso: 07/03/2023
- The Guardian. 2019a. "How the state runs business in China". Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/jul/25/china-business-xi-jinping-communist-party-state-private-enterprise-huawei> Acesso: 14/03/2023
- The Guardian. 2019b. "Who really pulls the strings at Huawei?" Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2019/apr/26/who-really-pulls-the-strings-at-huawei> Acesso: 16/03/2023
- The Guardian. 2021. "Smile for the camera: the dark side of China's emotion-recognition tech". Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/2021/mar/03/china-positive-energy-emotion-surveillance-recognition-tech> Acesso: 16/01/2023
- The New York Times. 2015. "Cultural Revolution Shaped Xi Jinping, From Schoolboy to Survivor". Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/09/25/world/asia/xi-jinping-china-cultural-revolution.html> Acesso: 25/01/2023
- The New York Times. 2019. "Made in China, Exported to the World: The Surveillance State". Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/04/24/technology/ecuador-surveillance-cameras-police-government.html> Acesso: 14/03/2023
- The Epoch Times. 2018. "Huawei and the Creation of China's Orwellian Surveillance State". Disponível em: https://www.theepochtimes.com/huawei-and-the-creation-of-chinas-orwellian-surveillance-state_2747922.html?welcomeuser=1 Acesso: 05/04/2023
- The State Council of the People's Republic of China. 2014. "Planning Outline for the Construction of a Social Credit System (2014-2020)". Disponível em: <https://chinacopyrightandmedia.wordpress.com/2014/06/14/planning-outline-for-the-construction-of-a-social-credit-system-2014-2020/> Acesso: 14/01/2023
- The State Council of The People's Republic of China. 2015a. "Made in China 2025". Disponível em: https://cset.georgetown.edu/wp-content/uploads/t0432_made_in_china_2025_EN.pdf Acesso: 14/12/2022
- The State Council of The People's Republic of China. 2015b. "Premier proposes '3 x 3' model for China-Latin America cooperation". Disponível em: http://english.www.gov.cn/premier/news/2015/05/20/content_281475111313739.htm Acesso: 15/03/2023 B

- The State Council The People's Republic of China. 2016. "General Secretariat of the State Council for Strengthening Guiding Opinions on Building the System of Personal Integrity". Disponível em: http://www.gov.cn/zhengce/content/2016-12/30/content_5154830.htm Acesso: 20/03/2023
- The State Council The People's Republic of China. 2017. "Full text of the Vision for Maritime Cooperation under the Belt and Road Initiative". Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/publications/2017/06/20/content_281475691873460.htm Acesso: 20/03/2023
- The State Council The People's Republic of China. 2020. "Guiding Opinions on Improving the Unreliable Restraint System and Establishing a Long-Term Mechanism for Building Integrity" Disponível: http://www.gov.cn/xinwen/2020-12/18/content_5571003.htm Acesso: 20/03/2023
- The State Council Information Office The People's Republic of China. 2020a. "What are six economic corridors under Belt and Road Initiative?". Disponível em: http://english.scio.gov.cn/beltandroad/2020-08/04/content_76345602.htm Acesso: 21/03/2023
- The State Council Information Office The People's Republic of China. 2020b. "Initiative on Jointly Building a Community with a Shared Future in Cyberspace." Disponível em: http://english.scio.gov.cn/WIC2020/2020-11/19/content_76925907.htm Acesso: 15/12/2022
- The Washington Post. 2013. "NSA slides explain the PRISM data-collection program". Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/wp-srv/special/politics/prism-collection-documents/> Acesso: 04/05/2023
- The Trump White House. 2019. "Executive Order on Securing the Information and Communications Technology and Services Supply Chain". Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/presidential-actions/executive-order-securing-information-communications-technology-services-supply-chain/> Acesso: 14/05/2023
- USC US-China Institute. 2010. "Dai Bingguo, 'Adhere to the Path of Peaceful Development,' Dec.6, 2010". Disponível em: <https://china.usc.edu/dai-bingguo-%E2%80%9CAdhere-path-peaceful-development%E2%80%9D-dec-6-2010> Acesso: 15/01/2023
- U.S House of Representatives. 2012. "Investigative Report on the U.S. National Security Issues Posed by Chinese Telecommunications Companies Huawei and ZTE". Disponível em: <https://stacks.stanford.edu/file/druid:rm226yb7473/Huawei-ZTE%20Investigative%20Report%20%28FINAL%29.pdf> Acesso: 16/02/2023
- USA Congress Gov. 2023. "H.Res.145 - Opposing the Republic of South Africa's hosting of military exercises with the People's Republic of China and the Russian Federation, and calling on the Biden administration to conduct a thorough review of the United States-South Africa relationship". Disponível: <https://www.congress.gov/bill/118th-congress/house-resolution/145/text?s=1&r=50> Acesso: 24/04/2023
- Xi Jinping. 2021. "Speech by Xi Jinping at a ceremony marking the centenary of the CPC". Disponível em: http://us.china-embassy.gov.cn/eng/zt_120777/zggcdcl100zn_120353/202107/t20210702_9031538.htm Acesso: 20/12/2022
- Xi Jinping. 2022. "Working Together for a Bright Future of Openness and Prosperity". Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zvjh_665391/202211/t20221105_10800794.html Acesso: 22/03/2023

- Xinhua. 2017. "Full text of President Xi's speech at opening of Belt and Road forum". Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2017-05/14/c_136282982.htm Acesso: 17/01/2023
- Xinhua. 2017. "Huawei Video Surveillance Solution Supports French City to Build Intelligent 'safe city'". Disponível em: http://www.xinhuanet.com//english/2017-02/11/c_136048101.htm Acesso: 18/01/2023
- Xinhua. 2019. "Huawei to help Spanish ancient city become 'smart'" Disponível em: <http://global.chinadaily.com.cn/a/201903/07/WS5c8111c3a3106c65c34ed63f.html> Acesso: 02/02/2022
- Xinhua. 2023. "Observatório Econômico: "Cidade do futuro" toma forma em Xiong'an" Disponível em: <https://portuguese.news.cn/20230403/ca98b37d2bfe4d768d39eeafde0bea0a/c.html> Acesso: 03/04/2023

Fontes Secundárias:

Livros e Capítulos de Livros:

- Barbosa, P. 2019. *Challenges and Opportunities in the Brazil-Asia Relationship in the Perspective of Young Diplomats*. Fundação Alexandre De Gusmão. Brasília 13-509.
- Bateman, J. 2022. "Competing and Leading in Strategic Industries" in *The U.S – China Technological 'Decoupling': a Strategy and Policy Framework* Massachusetts: Carnegie Endowment for International Peace.
- Blackwill, R., & Campbell, K. 2016. *Xi Jinping on the Global Stage: Chinese Foreign Policy under a Powerful but Exposed Leader*. International Institutions and Global Governance Program, New York, Ny: Council on Foreign Relations.
- Blanchard, Jean-Marc F. 2021. *China's Maritime Silk Road Initiative, Africa, and the Middle East : Feats, Freezes, and Failures*. Singapore: Palgrave Macmillan.
- Bollier, D. 2003. "The Rise Of NetPolitik: How the Internet Is Changing International Politics and Diplomacy". *A Report of the Eleventh Annual Aspen Institute Roundtable on Information Technology*. Aspen, Colorado. 1-56.
- Bougon, F. 2022. *Inside the mind of Xi Jinping*. London: Hurst & Company.
- Drahokoupil, J., McCaleb, A., Pawlicki, P. & Szunomár, A. 2017. "Huawei in Europe: Strategic Integration of Local Capabilities in a Global Production Network" in *Chinese investment in Europe: corporate strategies and labour relations*. Brussels: The European Trade Union Institute.
- Duarte, P. 2017. *A Faixa e Rota chinesa: a convergência entre Terra e Mar*. Lisboa: Instituto Internacional de Macau.
- Duarte, P. 2019. *De Lisboa a Pequim: Portugal na Faixa e Rota chinesa*. Lisboa: Instituto Internacional de Macau.
- Ferreira-Pereira, L.C. & Duarte, P. 2023. The South Atlantic in China's Global Policy: Why It Matters? In Duarte, P.; Leandro, F. & Galán, E. (Eds.). *The Palgrave Handbook of Globalization with Chinese Characteristics: The Case of the Belt and Road Initiative*. Singapore: Palgrave.
- Hillman, J. 2020. *The Emperor's New Road: China and the Project of the Century*. New Haven and London: Yale University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv15pjxqt>
- Hillman, J. 2021a. *Digital Silk Road: China's Quest to Wire the World and Win the Future*. S.L.: Profile Books Ltd., 1-803.

- Kassenova, N. & Duprey, B. 2021. *Digital Silk Road in Central Asia: Present and Future*. Harvard: Davis Center for Russian and Eurasian Studies. 1-119.
- Keith, R. 2018. *Deng Xiaoping and China's Foreign Policy*. Abingdon, Oxon: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315409696>
- Khan, S. 2022. *Haunted by Chaos: China's Grand Strategy from Mao Zedong to Xi Jinping, With a New Afterword*. Cambridge, MA and London: Harvard University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv2n4w5kn>
- Noort, C. 2022. *China's Communication of the Belt and Road Initiative Silk Road and Infrastructure Narratives*. London: Routledge, Taylor and Francis. 1-258.
- Peterson, D. 2020. "Designing Alternatives to China's Repressive Surveillance State". Center for Security and Emerging Technology.
- Vogel, E. 2011. *Deng Xiaoping and the Transformation of China*. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctt2jbw2f>
- Wong, J. 2016. *Zhu Ronji and China's Economic Take Off*. London: Imperial College Press <https://doi.org/10.1142/p1061>

Artigos Científicos:

- Ahrens, N. 2013. "China's Competitiveness: Myth, Reality, and Lessons for the United States and Japan". *Center for Strategic & International Studies (2)*: 1-31.
- Alon, I., Zhang, W. & Lattemann, C. 2021. "The Case for Regulating Huawei." *FIIB Business Review* 10 3(2):1-3 <https://doi.org/10.1177/2319714520984666>
- Agbebi, M. 2022. "China's Digital Silk Road and Africa's Technological Future". Council on Foreign Relations.
- Armitage, R. "China studied the collapse of the Soviet Union and learned three lessons to avoid a similar fate". Abc News.
- Artigas, A. 2019. "Beneath the surface of the Safe City: surveillance in the times of Chinese supremacy?". SciencesPo Cities and Digital Technology Chair.
- Bader, J. 2016. "How Xi Jinping Sees the World... and Why". Order from Chaos Project, Foreign Policy Program at Brookings. 1-21.
- Balding, C. 2019. "Huawei Technologies' Links to Chinese State Security Services". *SSRN Electronic Journal*.
- Bányász, P. 2014. "Spies Act as a Spy: The Edward Snowden Case". Conference Paper. Liptovský Mikuláš, Slovakia.
- Barros, M. 2021. "O papel da Faixa e Rota Chinesa na estratégia de resiliência autoritária do Partido Comunista Chinês". Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho.
- Baviera, A. 2016. "China's Strategic Foreign Initiatives Under Xi Jinping". *China Quarterly of International Strategic Studies*, 2, 1:57-79. <https://doi.org/10.1142/S2377740016500032>
- Bartsch, B. & Gottske, M. n.d. "China's Social Credit System".
- Baxter, P. & Jack, S. 2010. "Qualitative Case Study Methodology: Study Design and Implementation for Novice Researchers". *The Qualitative Report*. 13, 4(12): 544-559. DOI:[10.46743/2160-3715/2008.1573](https://doi.org/10.46743/2160-3715/2008.1573)
- Berman, N., Maizland, L. & Chatzky, A. 2023. "Is China's Huawei a Threat to U.S National Security?". Council of Foreign Relations.
- Bhaya, A. 2020. "China's 5G lead, a 'Sputnik moment' for U.S", *CGTN*.

- Brites, P., & Jaeger, B. 2016. "A Criação Do Banco Asiático de Investimento Em Infraestrutura E Os Desafios à Governança Financeira Global." *Conjuntura Austral* 7 33-34(12): 89-103. <http://dx.doi.org/10.22456/2178-8839.59557>
- Buhi, J. 2014. "Foreign Policy and the Chinese Constitutions During the Hu Jintao Administration". *Law Journals at Digital Commons*. 37, 2(5): 1-41.
- Cai, P. 2017. "Understanding China's Belt and Road Initiative". Lowy Institute.
- Campbell, C. 2023. "Is China Providing Russia With Military Support? It's Hard to Tell, and That's the Point". Time.
- Cartwright, M. 2020. "Internationalising State Power through the Internet: Google, Huawei and Geopolitical Struggle." *Internet Policy Review*, 9, 3(9): 1–18. <https://doi.org/10.14763/2020.3.1494>
- Chandel, S., Jingji, Z., Yunnan, Y., Jingyao, S. & Zhipeng, Z. 2019. "The Golden Shield Project of China: A Decade Later—An in-Depth Study of the Great Firewall". *International Conference on Cyber-Enabled Distributed Computing and Knowledge Discovery (CyberC)*, Guilin, China (10): 111-119. DOI: [10.1109/CyberC.2019.00027](https://doi.org/10.1109/CyberC.2019.00027)
- Cheng, G. 2022. "China's Digital Silk Road in the Age of the Digital Economy: Political Analysis." *Vestnik RUDN International Relations*. 22, 2:271-287. DOI:[10.22363/2313-0660-2022-22-2-271-287](https://doi.org/10.22363/2313-0660-2022-22-2-271-287)
- Cho, E. 2020. "The Social Credit System: Not Just Another Chinese Idiosyncrasy". *Journal of Public & International Affairs* (5).
- Chung, M. & Mascitelli, B. 2015. "Strategic Positioning of Huawei on the International Political Stage". *International Journal of Asian Business and Information Management* 6 4(10): 1–13. DOI:[10.4018/IJABIM.2015100101](https://doi.org/10.4018/IJABIM.2015100101)
- Clemens, M. 2015. "The Maritime Silk Road and the PLA". A paper for China as a "Maritime Power" Conference.
- Creemers, R. 2021. "The Digital Silk Road: Perspectives From Affected Countries". *Leiden Asia Centre*, (7): 1-54. DOI:[10.13140/RG.2.2.14283.11042](https://doi.org/10.13140/RG.2.2.14283.11042)
- Donahue, T. 2020. "The Worst Possible Day U.S. Telecommunications and Huawei". National Defense University Press 8, 3(1):15-35.
- Donnelly, D. 2023. "China Social Credit System Explained – What is it & How Does it Work?" Horizons.
- Dube, R. 2022. "Huawei's role in Chinese espionage and information operations". *Independent Researcher*, California (3):1-6. DOI:[10.13140/RG.2.2.35835.18724](https://doi.org/10.13140/RG.2.2.35835.18724)
- Durrie, M. 2022. "Investing in Asia: Go East, but Go Smart". Horasis the Global Visions Community.
- Ekman, A. 2019. "China's Smart Cities: The New Geopolitical Battleground." French Institute of International Relations.
- Farrell, H. & Newman, A. 2019. "Weaponized Globalization: Huawei and the Emerging Battle over 5G Networks". *Global Asia* 14, 3(9): 1-4.
- Fedel, M. 2020. "The Chinese Social Credit System: a meritocratic or an Orwellian project?". Bachelor's Degree in Philosophy, International and Economic Studies.
- Flemming, M. 2020. "The Tech Trojan Horse: China's Strategic Export of the Surveillance State". The Project on International Peace and Security Global Research Institute, College of William & Mary.
- Friis, K. & Lysne, O. 2021. "Huawei, 5G and Security: Technological Limitations and Political Responses". *Development and Change*, 52, 5(10): 1174–1195. <https://doi.org/10.1111/dech.12680>
- Geraldes, S. 2020. "5G, Huawei, China e Estados Unidos: A Competição Pela Tecnologia do Futuro". *JANUS*, 46-47.

- Ghiasi, R., Su, F. & Sallman, L. 2018. "The 21st Century Maritime Silk Road: Security implications and ways forward for the European Union". Stockholm International Peace Research Institute.
- Ghiasi, R. & Krishnamurthy, R. 2021. "China's Digital Silk Road and the Global Digital Order". *The Diplomat*.
- Gershgorin, D. 2021. "China's 'Sharp Eyes' Program Aims to Surveil 100% of Public Space". Medium.
- Gil, A. 2002. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. Editora Atlas S.A, 4:1-175.
- Godoy, A. 1995. "Introdução à pesquisa qualitativa e as suas possibilidades". *Revista de Administração de Empresas*, 35, 2(3-4):57-63.
- Greitens, S. 2020. "Dealing with Demand for China's Global Surveillance Exports". Global China project, Brookings.
- Große-Bley, Jelena, and Genia Kostka. 2021. "Big Data Dreams and Reality in Shenzhen: An Investigation of Smart City Implementation in China." *Sages Journals* 8 2(9): 1-18 <https://doi.org/10.1177/20539517211045171>
- Gulyás, L. 2020. "The China – Indochina Peninsula Economic Corridor". University of Szeged.
- Guo, L., Zhang, M., Dodgson, M. & Gann, D. 2019. "Huawei's Catch-up in the Global Telecommunication Industry: Innovation Capability and Transition to Leadership." *Technology Analysis & Strategic Management* 31, 12(1): 1–17. <https://doi.org/10.1080/09537325.2019.1615615>
- Guo, Z. & Liu, Z. 2020. "How Could Huawei Grow to the Largest Telecommunication Service Providing Company in Burma." *Business Administration and Management* 2 2(12): 26. <http://dx.doi.org/10.18282/bam.v2i2.1369>
- Hawes, C. 2022. "Why is Huawei so Strange?" *In The Chinese Corporate Ecosystem*. Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781108937276.003>
- He, A. 2022. "The Digital Silk Road and China's Influence on Standard Setting". Centre for International Governance Innovation. 264(4):1-30.
- Hicks, J. 2022. "Export Of Digital Surveillance Technologies from China To Developing Countries". K4D Helpdesk Report. Institute of Development Studies. DOI: [10.19088/K4D.2022.123](https://doi.org/10.19088/K4D.2022.123)
- Hillman, J. & McCalpin, M. 2019. "Watching Huawei's 'Safe Cities'" *Center for Strategic & International Studies* (11): 1-3.
- Hillman, J. 2021b. "Techno-Authoritarianism: Platform for Repression in China and Abroad." Statement before the Congressional-Executive Commission on China. *Center For Strategic & International Studies*. 1-11.
- Hopewell, Kristen. 2018. "What is 'Made in China 2025' – and why is it a threat to Trump's trade goals?". The Washington Post.
- Hopewell, K. 2019. Power Transitions and Global Trade Governance: The Impact of a Rising China on the Export Credit Regime. *SSRN Electronic Journal*. <http://dx.doi.org/10.1111/rego.12253>
- Inkster, N. 2019. "The Huawei Affair and China's Technology Ambitions." *Survival*, 61(1):105-111. <https://doi.org/10.1080/00396338.2019.1568041>
- Inkster, N. 2018. "Huawei debacle throws spotlight on China's technology ambitions". The International Institute for Strategic Studies.
- Islam, S., Wang, W. & Sheng, L. 2022. "The Construction of Bangladesh–China–India–Myanmar Economic Corridor: Current Situation, Problem, and Countermeasures". *Asian Journal of Social Science Studies* 7, 4(4):10-24 <https://doi.org/10.20849/ajsss.v7i4.1084>
- Jones, B. 2020. "China and the Return of Great Power Strategic Competition". Global China project, Brookings.

- Karim, M. & Islam, F. 2018. "Bangladesh–China–India–Myanmar (BCIM) Economic Corridor: Challenges and Prospects". *The Korean Journal of Defense Analysis* 30, 2(6):283-302.
- Kynge, J. 2021. "Developing countries sign Huawei deals despite US espionage warnings". *Financial Times*.
- Kynge, J., Hopkins, V., Warrell, H. & Hille, K 2021. "Exporting Chinese Surveillance: the Security risks of 'smart cities'". *Financial Times*.
- Kloet, J., Chong, G., & Liu, W. 2008. "The Beijing Olympics and the Art of Nation-State Maintenance." *Journal of Current Chinese Affairs* 37 (2): 5–35.
- Knight, Nick. 2006. "Reflecting on the Paradox of Globalisation: China's Search for Cultural Identity and Coherence". *China: an International Journal* 4, 1: 1-31. <https://doi.org/10.1142/S0219747206000021>
- Kostka, G. 2018. "China's Social Credit Systems and Public Opinion: Explaining High Levels of Approval." *Sage Journals* 21 7(2):1565-1593. <https://doi.org/10.1177/1461444819826402>
- Lee, A. 2020. "What is China's social credit system and why is it controversial?". *China Economy*.
- Li, W., Chang, X. & Guo, B. 2020. Huawei's Internationalization Journey. In *The Management Transformation of Huawei: From Humble Beginnings to Global Leadership*. Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781108550987.008>
- Liu, L. 2021. "The Rise of Data Politics: Digital China and the World." *Studies in Comparative International Development*, 56, (3):45–67. <https://doi.org/10.1007/s12116-021-09319-8>
- Livingston, S. 2020. "The Chinese Communist Party Targets the Private Sector". *Center for Strategic & International Studies*. 1-10.
- Majueran, M. 2023. "Africa a natural partner of BRI". *China Daily*.
- Malena, J. 2021. "The Extension of the Digital Silk Road to Latin America: Advantages and Potential Risks The DSR's Origins and Its Initial Development". *Council on Foreign Relations. Brazilian Center for International Relations*. 1-15.
- Masahito, A. 2020. "Innovative Chinese Firms: A Case Study of Huawei's Corporate Strategies and the Impact of US–China High-Tech War" in *Innovation in East Asia*. Bangkok: Bangkok Research Center.
- Mei X. Y.. 2012. "Telecom sector not in trouble" *China Daily*.
- McDonald, S. & Mina, X. 2018. "Twar-Torn Web: A once-unified online world has broken into new warring states". *Foreign Policy*. 1-14.
- McGreevy, A. 2018. "Will China Lead the World by Land and Sea? The Belt and Road Initiative". *Association for Asia Studies* 23, 3:48-51.
- Morawiecki, M. 2020. "All of Europe must stand with America on 5G". *The Telegraph*.
- Nakashima, E. 2019. "U.S. pushes hard for a ban on Huawei in Europe, but the firm's 5G prices are nearly irresistible". *The Washington Post*.
- Nathan, A J. 2001. "The Tiananmen Papers." *Foreign Affairs* 80 1(2): 2-48. <https://doi.org/10.2307/20050041>
- Noon, G. 2022. "How Huawei is winning over the global south". *TechMonitor*.
- Paulo, M. 2018. China–Europe Investment Cooperation: A Digital Silk Road. In Cheng, Y., Song, L., Huang, L. (eds) *The Belt & Road Initiative in the Global Arena*. Palgrave Macmillan: Singapore. https://doi.org/10.1007/978-981-10-5921-6_11
- Politico. 2022. "How Washington chased Huawei out of Europe"
- Polyakov, A. & Meserole, C. 2019. "Exporting Digital Authoritarianism: The Russian and Chinese Models". *Foreign Policy at Brookings*.

- Pomfret, R. 2020. "The Eurasian Landbridge: Implications of linking East Asia and Europe by rail". Jean Monnet Centre of Excellence in International Trade and Global Affairs.
- Pronczuk, M. & Yang, Y. 2019. "Huawei sacks Chinese employee arrested in Poland on spying allegations". Financial Times.
- Rajawat, A. & Chacon, M. 2019. "A Case Study on Huawei Technologies". *Journal of the Community Development in Asia* (9): 29-36.
- Rühlig, T. 2018. "A New Chinese Foreign Policy Under Xi Jinping?". Institute for Security & Development Policy.
- Saighal, V. 2014. Jointly Building the Maritime Silk Road. *The Journal of International Issues* 18 4(9-12):26-39.
- Sen, G. & Bingqin, L. 2019. "The Digital Silk Road and the Sustainable Development Goals." *Institute of Development Studies* 50, 4(12). DOI: 10.19088/1968-2019.137
- Seoane, S., Miranda, A., Goset, P. & Marzá N. 2021. "The U.S. Sanction on Huawei". Barcelona: Universitat Pompeu Fabra.
- Schoch, K. 2020. "Case Study Research". Sage Publications.
- Sewall, S., Vandenberg, T. & Malden, K. 2023. "China's BeiDou: New Dimensions of Great Power Competition". Harvard Kennedy School: Belfer Center for Science and International Affairs.
- Shahriar, S. 2019. "The Belt and Road initiative: what will china offer the world in its rise". *Asian Journal of Political Science* 27, 1(3):1-5. <http://dx.doi.org/10.1080/02185377.2019.1594324>
- Steinbock, D. 2012. "Unipolar Trade In A Multipolar World: The Case for Huawei in America". Shangai Institute For International Studies.
- Tekir, G. 2020. "Huawei, 5G Networks and Digital Geopolitics". *International Journal of Politics and Security* 2 4(7):113-135.
- Triolo, P., Allison, K. & Brown, C. 2020. "The Digital Silk Road: Expanding China's Digital Footprint". Eurasia Group. (4):1-13.
- Tsunekawa, J. 2007. "Post-9/11 Power Politics among the US, China, and Russia – Unilateralism and Central and Southeast Asia." In *EAST ASIAN STRATEGIC REVIEW 2007*. National Institute for Defense Studies. 40-62.
- Tugendhat, H. & Voo, J. 2021. "China's Digital Silk Road in Africa and the Future of Internet Governance". China Africa Research Initiative, School of Advanced International Studies, Johns Hopkins University, Washington, DC.
- Verly, F. 2022. "Introducing Chinese Foreign Policy: A Guide to the Literature". *Chinese Journal of International Review* 3, 2(3):1-27. <https://doi.org/10.1142/S2630531321500116>
- Vinokurov, E. 2016. "Transport Corridors of the Silk Road Economic Belt Across the Eurasian Economic Union: Preliminary Estimates for Transportation Capacity and Investment Needs". *SSRN Eletronic Journal* (1):1-10. DOI:10.2139/ssrn.2771587
- Walder, A. 2015. *China Under Mao: A Revolution Derailed*. Cambridge, MA and London: Harvard University Press.
- Weissmann, M. 2015. "Chinese Foreign Policy in a Global Perspective: A Responsible Reformer 'Striving for Achievement.'" *Journal of China and International Relations* 3, 1(5): 151-166. <https://doi.org/10.5278/ojs.jcir.v3i1.1150>
- Wu, S., Fan, D. & Su, Y. 2021. "The Co-Evolution of Global Legitimation and Technology Upgrading: The Case of Huawei." *American Business Review* 24 2(11):147-172. <https://doi.org/10.37625/abr.24.2.147-172>
- Xu, X. 2020. "To Repress or to Co-opt? Authoritarian Control in the Age of Digital Surveillance: Authoritarian Control in the Age of Digital Surveillance". *American Journal Political Science* 65, 2(4): 309-325. <http://dx.doi.org/10.1111/ajps.12514>

- Yan, Y. 2020. "Exporting China's Social Credit System to Central Asia: Is Beijing building a cross-border social engineering system, one software solution at a time?". *The Diplomat*.
- Yi, X. 2005. "Chinese Foreign Policy in Transition: Understanding China's 'Peaceful Development.'" *The Journal of East Asian Affairs* 19, 1: 74–112.
- Zhang, J. 2021. "The U.S.-China Trade War and the Tariff Weapon". 2021-22 Wilson China Fellowship, 1-22.
- Zhang, E. & James, P. 2022. "All Roads Lead to Beijing: Systemism, Power Transition Theory and the Belt and Road Initiative." *Chinese Political Science Review* 8 (3): 18-44. <https://doi.org/10.1007/s41111-022-00211-x>
- Zhao, S. 2012. "Hu Jintao's Foreign Policy Legacy". *E-International Relations*.